



### ASSEMBLEIA GERAL

# Associadas dão voz à grande insatisfação com incumprimento na cooperação



### NOVO GOVERNO

# CNIS confiante num diálogo fácil com MTSSS

#### UDIPSS VILA REAL

Falta dimensão a muitas IPSS do distrito que garanta a sustentabilidade



#### S. MIGUEL DE LOBRIGOS

O Estado devia estender a gratuitidade da creche também ao Pré-escolar



#### VILARANDELO

Recrutamento de mão de obra começa a ser um obstáculo difícil de ultrapassar



**iD**

Aprovação por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

**NORDHigiene**  
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



# Liberdade e Democracia

Dentro de breves dias celebraremos os 50 anos do 25 de Abril. Muitas serão as opiniões sobre a importância desta efeméride. Uns considerarão que nenhum benefício relevante nos trouxe, outros pensarão o contrário. Eu estou do lado do segundo grupo. Vale a pena assinalar, com júbilo, a revolução que derrubou um regime ditatorial e obsoleto. É verdade que nem tudo tem correspondido às nossas expectativas e até pode parecer que estamos pior do que antes. É importante não esquecer que, no antigo regime, muitas informações eram sonegadas pelos “media,” completamente controlados e sujeitos a uma censura oficial. Só sabíamos o que os governantes queriam que pudesse vir a público. Tudo o que pudesse pôr em causa o bom caráter ou desempenho dos servidores do Estado era escondido ou manipulado. Quem ousasse protestar era punido com medidas severas que passavam pela reclusão, e até à morte pelos hediondos castigos infligidos. Os apoios sociais tinham uma forte marca assistencialista e eram escassos face aos problemas sociais existentes. A progressão académica era possível aos que detinham poder económico, e aos graus mais superiores, e salvo algumas raras exceções, só acediam os jovens do sexo masculino. Milhares e milhares de portugueses ainda mantêm cravadas no corpo e na alma marcas deixadas por terem sido obrigados a participarem em guerras, ou a verem os seus filhos e irmãos envolvidos nelas, com o objetivo de negar a autodeterminação de povos que tinham direito a ter a sua pátria. No mundo do trabalho só havia direitos para o patronato, e muitos deveres para os trabalhadores, alguns que tocavam a escravatura, compensados com salários baixíssimos. Lamento que muita gente nascida no pós 25 de Abril não tenha a mínima ideia como viveram os seus pais e avós. Não é, porque não lhes tenham sido narradas estas condições de vida, mas por não terem vivido estas realidades. É que ouvir falar de..., é muito diferente de se vivenciarem as situações que procurei lembrar, e outras que por falta de espaço, conscientemente omiti.

A Revolução de Abril trouxe-nos um dos maiores valores inerentes à condição humana que é a liberdade. A sua negação é uma clara violência de um dos mais fundamentais Direitos humanos. É verdade que a autêntica liberdade não se conquista numa madrugada, pois ela é algo que habita no mais íntimo de cada pessoa. Mas não é desta que se trata, porque ela pode existir em contexto de opressão. O que aconteceu no dia 25 de Abril, foi dada a garantia de a poder utilizar pública e coletivamente, denunciando todas as situações em que este direito primário é posto em causa. Os meios de comunicação social podem funcionar sem constrangimentos. Podemos verbalizar em lugares públicos as nossas razões. Esta possibilidade pode concretizar-se nos mais variados contextos, desde os diferentes estabelecimentos que frequentamos ou ao vir para a rua reivindicando o que se julga serem direitos sonegados, ou demonstrando solidariedade com causas que tomam como justas. É verdade que nem todos conseguem ainda utilizar esta dimensão do seu livre arbítrio, porque desligam este valor humano de um dever que lhe é correlativo. Refiro-me à assunção de responsabilidades. Quem assim procede confunde liberdade com libertinagem. Sem liberdade não há democracia.

Com o 25 de Abril instaurou-se um novo regime político de governança que é a democracia. Quer dizer que o povo é chamado a intervir, cada um a seu nível e em variados setores, na gestão política do país. Depois de 50 anos ainda não se conseguiu tirar deste modelo político todas as suas virtualidades. Não se dá a importância devida à participação cívica, pois para que a democracia funcione mesmo, tem que estar assente na vontade do povo. Refiro-me à dimensão representativa que se alcança com a participação nos atos eleitorais que permitem escolher quem nos governa e representa nas decisões maiores. Para já não falar na outra dimensão que permite ao povo influenciar na correção dos desvios que sempre ocorrem, entre o que os partidos políticos garantem fazer e o que,

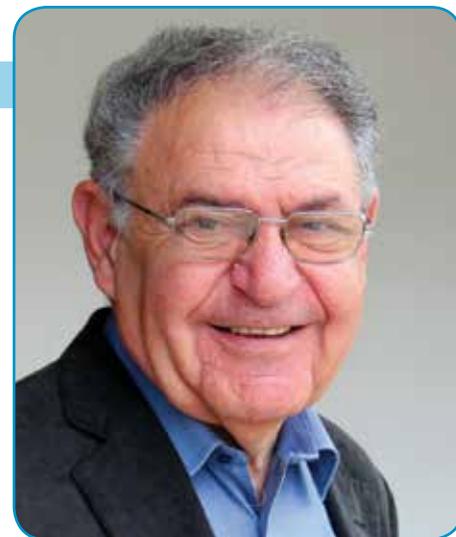
efetivamente, fazem quer no governo da nação quer no Parlamento. Não é suficiente mostrar desagrado em conversas de café ou de sofá. Esta participação consegue-se com a integração ativa nos chamados órgãos intermédios, como são os sindicatos, a criação de ordens profissionais, movimentos dedicados a várias causas, as IPSS, as coletividades de cultura, recreio e desporto. Em democracia, a prática da subsidiariedade é um procedimento que é obrigatório e tem a possibilidade de influenciar, facto que se torna muito mais difícil em regimes totalitários. Atribui-se a Churchill a afirmação de que: “A democracia é o pior dos sistemas, com exceção de todos os outros.” Há que sublinhar que, até hoje, nunca foi inventada melhor forma de governo pelos homens e para os homens, e que todas as alternativas tentadas se revelaram tragicamente inferiores. Porém é preciso ter sempre bem assumido que os regimes democráticos não são realidades que uma vez alcançadas se possam considerar definitivamente adquiridas. É um processo que corre riscos de se ir esvaziando se não for, constantemente, alimentado.

As IPSS têm dado e devem intensificar os seus contributos para o fortalecimento da democracia participada. Como? Assegurando que as eleições dos Corpos Sociais sejam processos transparentes e tenham como única motivação a boa gestão da instituição e a melhor prestação de serviços, reivindicando, dos que legislam e governam, as melhores condições para conseguirem atingir este desiderato. Por outro lado, garantir que outras exigências democráticas sejam bem acolhidas, como, por exemplo, aceitar o aconselhamento dos trabalhadores e o envolvimento dos utentes ou dos seus representantes nos caminhos a abrir, para o mesmo fim. Importa não faltar aos encontros das instituições que têm a mesma finalidade, pois juntos e unidos serão mais fortes.

Foi o 25 de Abril que nos proporcionou um Estado Social. Para que ele cumpra as obrigações decorrentes, é indispensável a colaboração das IPSS. E isto não se pode delegar.

## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



## No cinquentenário do 25 de Abril

1. Em 1974, Portugal estava longe de ser um país desenvolvido. Talvez tudo porque no final da 2ª Guerra Mundial, enquanto outros países avançaram, Portugal estagnou. Provavelmente porque o regime de então, ou o dito Estado Novo, se deixou vencer pelo medo do desenvolvimento, que associava ao advento de ideologias que veementemente condenava. Orgulhava-se de ser o arauto da civilização dita cristã e ocidental, mas ignorava a doutrina social da Igreja. Limitava as liberdades de associação, de expressão, de manifestação, de participação e de pensamento e entrincheirava-se na convicção de que o povo não estava preparado para a democracia. A pretexto da unidade, abominava a possível existência de vários Partidos, pelo que todos deveriam “ler” pela mesma cartilha. Enquanto defendia um Portugal uno do Minho a Timor, negava o direito à autodeterminação e independência dos povos, nomeadamente dos povos africanos, e deixava-se mergulhar numa guerra cujo fim não podia ser outro senão o de abandonar algumas das suas inseguras “certezas”.

Ainda é cedo para julgar historicamente todo esse período, nem é este o espaço para tal. Porém, considerar todos os quase cinquenta anos do Estado Novo apenas como um negro tempo de trevas é capaz de ser um pouco precipitado e injusto. Primeiramente porque o contexto até ao fim de 2ª Guerra Mundial foi muito diferente do que se lhe seguiu e, depois, porque, particularmente na década de 60, à revelia das chefias, algo começava a mudar: com transferências de rendimentos dos emigrantes,

com o apoio de entidades externas e com a natural evolução dos tempos, ainda que a contratempo, algum desenvolvimento fez o seu caminho, alguns ideais arvorados por pessoas cujos méritos não poderiam ser questionados se consolidavam, progressivas convicções de que algo tinha de mudar se ampliavam e, naturalmente, influências exteriores ganhavam espaço.

Começava a ser evidente que o Estado Novo tivera um envelhecimento precoce. Por isso ingloriamente se desmoronou. É verdade que não deixou grandes saudades...

2. Nesta perspetiva, o 25 de Abril acelerou o que já pululava na sociedade e na economia. Mas não podemos dissociar de Abril, acima de tudo, a liberdade, a democracia e um grande impulso ao desenvolvimento. Portugal hoje está muito melhor.

Isto de ser o “povo quem mais ordena” é salutar e tende a ser consensual. Mas, realmente novos, verdadeiros acontecimentos de uma radicalidade evidente, foram os do domínio político: o Estado de Direito, a democracia, a eleição livre universal e a liberdade de expressão, de associação, de manifestação e de participação são valores irrefutáveis e que Abril exaltou.

E mais ainda: há mais igualdade social, mais igualdade entre homens e mulheres e um sentido novo de dignidade humana com o qual os cidadãos se olham e coexistem sem temores sociais, sem terrores reverenciais e sem paternalismo de condição.

E são factos: o poder local, a saúde e a educação muito devem ao 25 de Abril e à democracia e muito contribuíram para um Portugal melhor.

Também a proteção social: a ação social, em geral, e, particularmente, em favor das pessoas com deficiência ou dos idosos, encontrou um enorme desenvolvimento a partir de 25 de Abril. É verdade que já antes havia muitas iniciativas, particularmente associadas à Igreja Católica, que não exclusivamente. Mas, a partir do 25 de Abril, reforçando-se a dinâmica da Igreja e emanado também do espírito de Abril, difundiu-se por todo o território nacional a convicção de que a sorte de cada um é a sorte de todos e que cada um deve fazer o que está ao seu alcance por uma melhor sorte do seu próximo. Com a dinâmica da Igreja reforçada e com espírito envolvente de Abril, hoje, Portugal pode orgulhar-se de ter serviços de ação social espalhados por todo o seu território...

3. Saudar Abril é reconhecer que há caminho a percorrer e seguir em frente: Um primeiro contributo será o da valorização da política e de quanto o serviço público dignifica o exercício da política e o exercício da autoridade. Convenhamos que nem sempre tem sido defendido e suficientemente valorizado...

Mas há mais passos a dar. Por exemplo, é imperioso que se valorize e aprofunde a participação: a causa comum a todos deve interessar pelo que é preciso aprofundar o empenhamento de todos. Não é apenas a corrupção que tem de ser combatida: é também o contributo de todos para o bem comum para que não falte a ninguém aquilo de que cada um precisa...

A coesão territorial não tem sido uma preocupação permanente e Portugal não é exclusivamente o seu litoral. Apesar de “ser um jardim à beira-mar plantado”, convenhamos que Portugal está muito, mas mesmo muito heterogéneo...

Se a educação e a saúde muito devem a Abril, é preciso valorizar muito mais os seus agentes, defender o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e uma verdadeira e global educação.

A promoção de maior equidade na sociedade e a diminuição da pobreza têm de ser um desígnio nacional em que a igualdade entre homens e mulheres não pode ser uma utopia.

O salário justo não é avaliado exclusivamente pela produtividade, mas também pelas necessidades das pessoas e das suas circunstâncias, pelo que importa investir muito mais nos rendimentos dos trabalhadores.

Afirmar que o futuro é dos jovens é normal, mas importa mesmo garantir que há futuro para eles entre nós e que o futuro já começou.

A defesa da dignidade das pessoas afere-se também pelas condições em que vivem, pelo que importa apostar muito mais e muito melhor numa habitação condigna.

Quando a esperança de vida aumenta, felizmente, e a natalidade diminui, infelizmente, o direito à proteção social tem de ser assegurado como direito universal pelo que deve ser associado aos direitos constitucionais.

E muito mais haveria a dizer para um Portugal de Abril. Mas uma coisa não pode ser esquecida: neste cinquentenário do 25 de Abril impõe-se um bem-haja a quem planeou e concretizou o 25 de Abril. Outro bem-haja a todos quantos o aprofundaram, desenvolveram e não o deixaram dispersar do seu caminho florido.

25 de Abril sempre!...



## ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

# Associadas dão voz à insatisfação com os sucessivos incumprimentos do Estado na cooperação

A Reunião Magna da CNIS, que se realizou no passado dia 23 de março, em Fátima, serviu para as instituições associadas darem voz ao seu descontentamento com os incumprimentos do Estado no que concerne à cooperação com o Sector Social Solidário.

À Direção da CNIS foram dirigidas algumas críticas, para que “não insista tanto com o Estado, mas que exija do Estado”, ao que o padre Lino Maia respondeu que a CNIS faz o seu trabalho, mas o poder de decisão está sempre nas mãos do governo.

Numa altura em que o país já tinha ido a eleições, das quais saiu uma nova composição da Assembleia da República e um governo liderado pelo PSD, mas ainda vivia uma fase de transição, com o anterior governo ainda em gestão, o padre Lino Maia deixou uma garantia: “Vamos insistir com o novo governo da necessidade de cumprir o Pacto de Cooperação, recordar a obrigação do Estado em participar mais e insistir que é preciso dar passos concretos para alcançarmos os 50%”.

O presidente da CNIS assegurou ainda que vai “continuar a insistir muito na defesa da autonomia e independência das IPSS” e, “se houver revisão constitucional, insistir pela consagração da proteção social como um direito universal”.

Perante as queixas dos representantes das instituições associadas, o padre Lino Maia reiterou que “não pode haver transferências de competências sem o devido reforço da participação do Estado”.

“A CNIS tem de envolver mais as associadas”, o sector social não pode estar associado ao miserabilismo”, “as instituições têm de ser reconhecidas e mais valorizadas” foram alguns dos desabafos que se ouviram de entre as associadas, mas as maiores críticas surgiram pela insatisfação com os sucessivos incumprimentos do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário.

“Subscrovo na generalidade quase tudo o que aqui foi dito”, começou por dizer o padre Lino Maia, que se mostrou agastado com acusações que considera falsas: “Fui acusado de mentir, porque dizem que a CNIS foi consultada, na matéria das Casas de Acolhimento, e que foram aplicados os valores propostos pela CNIS. O facto de a CNIS ter de ser ouvida em diversas matérias não significa que as nossas propostas sejam aceites”.

“A CNIS não foi respeitada. No recente encontro de despedida dos membros do ministério, eu fui o mau da fita porque não louvei quem sai e quem lambe botas. Repito, a CNIS não foi respeitada e não posso aceitar isso”, lamentou, acrescentando: “Não estou agradado com determinados comportamentos. Não falo alto em público, mas garanto-vos que digo o que tenho a dizer nos locais próprios”.

O padre Lino Maia explicou ainda que as instituições têm isenção de IVA nas obras no âmbito do PRR, “mas tem de se pagar primeiro para se receber depois”. “Não há é data para a restituição”, lamentou, lembrando ainda sobre as demais



obras que as instituições façam: “As autarquias pagam 6% e é isso que defendemos e queremos para as instituições, ou seja, queremos ser equiparados às autarquias”.

Uma matéria que traz sempre as IPSS em sobressalto é o constante aumento do salário mínimo e a não compensação devida por parte do Estado, sendo que todas estão conscientes que os trabalhadores são, genericamente, mal pagos.

“Os nossos trabalhadores merecem mais, mas não podemos pagar mais. Ainda assim, os nossos trabalhadores estão melhor do que os das Misericórdias”, sustentou.

Na Reunião Magna foi ainda deixado um “elogio aos trabalhadores dos lares e respostas residenciais das instituições”, tendo sido mesmo proposto que se crie o Dia Nacional dos Trabalhadores das IPSS.

Perante a contestação e algumas propostas mais radicais para fazer valer as exigências das instituições, o líder da CNIS começou por recordar uma afirmação de um ex-presidente da ainda UIPSS: “Dizia ele que se fizesse uma manifestação contra o governo, se olhasse para trás não tinha

ninguém a acompanhá-lo. Há uma arma que não temos, pois não é possível fazer greve ou fechar as portas. Nessa situação quem trataria dos nossos utentes?”.

Para o padre Lino Maia, “o grande receio não é tanto que as instituições encerrem portas, mas que elas se desviem da sua missão”.

“O meu grande receio é que, porque têm de ser sustentáveis, as instituições optem por quem pode pagar e não por quem precisa. Por isso, peço-vos que mantenham esta resiliência e este esforço que temos tido e feito. Há coisas que não dependem da CNIS. Eles estão-se nas tintas se não assinarmos os compromissos. Vamos ter alguma esperança”, afirmou o presidente da CNIS, dirigindo-se aos representantes das associadas.

No encontro em Fátima foram ainda apresentados e votados favoravelmente os relatórios de Atividades e de Contas do ano de 2023, ambos aprovados por larga maioria.

Das 93 instituições acreditadas, 85 votaram a favor e oito abstiveram-se do Relatório de Atividades, enquanto as Contas de 2023 foram aprovadas com 87 votos a favor e seis abstenções.

CNIS APOIA 50 INICIATIVAS POR TODO O PAÍS

# Direção renova convite às IPSS associadas para celebrarem os 50 anos do 25 de Abril

No próximo dia 25 de abril, Portugal celebra a Revolução dos Cravos que devolveu aos portugueses a liberdade. E foi fazendo uso dessa liberdade que, ao longo dos anos, muitos portugueses deram as mãos e ergueram milhares de IPSS por todo o território nacional.

Como costuma dizer o presidente da CNIS, padre Lino Maia, “desde a aldeia mais recôndita do Nordeste Transmontano até à ilha mais ocidental do arquipélago dos Açores, a Ilha das Flores” há uma IPSS a prestar apoio a quem dele precisa, a criar emprego e a dinamizar a economia local.

Foi, de facto, com o advento da democracia, restaurada com o 25 de Abril de 1974 há meio século que o Sector Social Solidário cresceu exponencialmente, apoiando, hoje, mais de 700 mil utentes e empregando cerca de 300 mil trabalhadores.

Para assinalar a data, a CNIS renova o convite às instituições associadas para participarem, à sua dimensão e dentro das suas circunstâncias, para que a memória do 25 de Abril não se apague.

“A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) vai assinalar os 50 anos do 25 de Abril e convida todas as suas associadas a promoverem iniciativas que afirmem a importância de Abril e dos seus valores na emancipação das IPSS, com o objetivo de defender tudo o que foi conquistado na Proteção Social em Portugal, com a força

e convicção de quem se recusa a voltar para trás”, começa por ler-se na nota enviada pela Direção da CNIS às associadas, acrescentando: “De norte a sul do país, o programa é diversificado e inclui, entre outras iniciativas, debates e espetáculos, muitos já agendados por diversas instituições, para além da sinalização da data, no próprio dia 25 de abril, com a passagem da música «Grândola, Vila Morena» em 50 instituições associadas já aderentes. E ‘podem vir mais 5’... ou 50, sob a forma de música ou declamação”.

Desde que o desafio foi lançado no passado mês, muitas têm sido as IPSS associadas que têm contactado a CNIS e o jornal Solidariedade elogiando a iniciativa e demonstrando enorme interesse em participar.

São diversas as formas como as instituições vão assinalar a data, entre conferências, convívios, atividades de trabalhos manuais alusivos à celebração e, algo que tem sido muito bem acolhido pelas instituições a evocação do verdadeiro hino do 25 de Abril. Ou seja, são muitas as instituições que pretendem reunir os seus utentes e colaboradores e, em conjunto, cantarem o «Grândola, Vila Morena».

Tal como refere a nota da Direção, “o Solidariedade associa-se às comemorações e solicita às instituições associadas da CNIS que comuniquem para o jornal a sua adesão, para elaboração de uma publicação com vista



a salvaguardar a memória”.

Assim, as instituições interessadas e que já, de *per si*, haviam pensado e organizado alguma(s) iniciativa(s) para assinalar os 50 anos do 25 de Abril, devem enviar registo fotográfico e uma breve nota de texto para [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com).

No caso de registarem as iniciativas também em vídeo, façam igualmente chegar ao jornal Solidariedade, pois enriquecerá fortemente o registo que se pretende fazer para memória futura.

JORNADA DE TRABALHO REALIZA-SE NAS INSTALAÇÕES DA APCC

## Encontro em Coimbra junta CNIS, CCDDR Centro e instituições associadas da região centro



Na sequência de diversas iniciativas da CNIS junto da CCDDR Centro, a Direção promove, no próximo dia 17 de abril, a partir das 10h00, em Coimbra, um encontro subordinado ao tema «Crescimento sustentado das Instituições da Economia Social e Coesão Social e Territorial da Região Centro».

O encontro, que decorrerá nas instalações da APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (na Rua Garcia d’Orta, Vale das Flores), tem por objetivo reunir no mesmo espaço a CNIS, a CCDDR Centro e os dirigentes de topo das IPSS associadas de toda a região centro a fim de, sob o mote de «Crescimento sustentado das Instituições da Economia Social e Coesão Social e Territorial da Região Centro», abordarem diversos temas de seu interesse.

Será uma manhã preenchida, cujo programa é o seguinte:

10h00 – Sessão de boas-vindas por Gil Tavares (presidente da UIPSS Coimbra);

10h10 – Intervenção de abertura pelo presidente da CNIS, padre Lino Maia;

10h30 – «As Instituições da Economia Social no fortalecimento da coesão social e territorial», por Sílvia Ferreira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

10h50 – Debate;

11h15 – «Importância Económica e Social das IPSS na Região Centro» (Central de Balanços - última publicação da CNIS), por Américo Mendes, da Universidade Católica Portuguesa;

11h40 – Encerramento pela presidente da CCDDR Centro, Isabel Damasceno.

MANUEL BORGES MACHADO, PRESIDENTE DA UDIPSS VILA REAL

# Não gostava que acontecesse às ERPI o que se passou com as escolas primárias

A Volta a Portugal da Solidariedade subiu no mapa e foi a Trás-os-Montes conhecer um pouco mais a realidade das instituições no distrito de Vila Real, onde há 93 IPSS, sendo 73 associadas da UDIPSS local. Apesar das dificuldades, as instituições do distrito vão assegurando alguma sustentabilidade financeira, segundo afirma Manuel Borges Machado, presidente da UDIPSS Vila Real. Decorrem no distrito algumas construções de equipamentos, mas, essencialmente, na área da deficiência, as carências persistem. Relativamente aos lares de idosos, o dirigente teme que, dentro de alguns anos, acontece às ERPI o que aconteceu às escolas primárias espalhadas pelo território, devido à falta de pessoas para acolher.

## **SOLIDARIEDADE - Que retrato é possível traçar das IPSS no distrito?**

MANUEL BORGES MACHADO – No presente momento, há falta de equipamentos na área da deficiência, apesar de estarem a ser construídos quatro lares residenciais, em Montalegre, Chaves e dois no Peso da Régua. Isto vem de alguma forma colmatar as grandes lacunas que existem nesta área, mas não chega. Também estão a ser construídos dois CACI, em Poiães e em Vila Pouca de Aguiar. Mesmo assim continuamos com graves lacunas na área da deficiência e isso devia ser alvo da atenção do Estado. A nível da infância, temos falta de creches. Embora estejamos numa zona de interior, onde a população é mais idosa, se queremos recuperar população temos de dar condições às pessoas para aqui estarem, isto é, habitação e condições para que as crianças se possam desenvolver. Neste momento, temos dificuldade em ter vagas em creche para todas as crianças.

## **Essa realidade já existia ou é algo que surgiu com a creche gratuita?**

A creche gratuita, que foi uma das boas medidas que o Estado tomou, veio de alguma forma libertar as mães e os avós, porque este é um território essencialmente rural e, assim, eles podendo deixá-los na creche tanto melhor. A creche gratuita veio seguramente aumentar a procura de creches.

## **E na área da terceira idade, qual a situação?**

Nos idosos, há alguns lares em construção, mas devo dizer que não gostava de ver acontecer aos lares o que aconteceu com as escolas primárias. Agora existe uma carência, mas a médio prazo haverá, seguramente, um excesso de lares para a população necessitada. Porque não vai haver pessoas para acolher. Por outro lado, temos falta de trabalhadores, porque há uma geração que está a deixar o mercado de trabalho e irá precisar de lares, mas é uma geração pequena. Grande parte dessas pessoas



emigrou e, se emigrou, não está cá. Ou conseguimos fazer regressar os nossos emigrantes e lhes damos boas condições para eles virem, ou não vamos ter pessoas para os lares. Mesmo assim a procura não é tão grande como a que gostaríamos... O sector privado está a crescer muito significativamente, estão a ser construídos alguns lares privados, com valores muito elevados de mensalidade, e na zona rural faltam-nos equipamentos para as pessoas humildes. Os lares das instituições não são para os ricos, ou seja, só para quem pode pagar. Não, são para as pessoas que precisam e não podem pagar um privado, mas são necessários acordos de cooperação! A nível das respostas sociais, o PRR, juntamente com o PARES, veio dar um incentivo para aumentar as capacidades, mas ainda não é suficiente. Mas também, Roma e Pavia não se fizeram num dia! Por exemplo, em Valpaços há seguramente mil vagas em ERPI e outros casos mais. Nos próximos cinco anos, penso, teremos o distrito totalmente coberto, mas depois tenderá a diminuir a procura.

## **E qual a situação das instituições?**

Na minha ótica, o problema das instituições do distrito é a dimensão. Se não conseguirmos economia de escala, temos muita dificuldade em garantir a sustentabilidade. Há muitas instituições com um conjunto de utentes dispersos por diferentes aldeias. Por exemplo, o SAD é um serviço que fica muito caro. Por alguma razão está prevista no Compromisso de Cooperação uma discriminação positiva para os territórios de baixa densidade. No entanto, não estamos numa situação crítica. Há casos difíceis, duas ou três já fecharam portas, porque os acordos

de cooperação são na ordem dos 15, 18, 20 utentes, o que, por exemplo, no SAD não assegura a sustentabilidade da resposta. Temos, depois, alguns lares pequenos, 14, 18, 20 utentes, o que também não contribui para a sustentabilidade. Têm de crescer, mas isto foi criado pelas próprias comunidades, que investiram nisso. Agora têm estes obstáculos. Estão a surgir novas dinâmicas e são necessárias mais pessoas para trabalhar, para além de que os utentes também chegam mais dependentes. No entanto, as instituições do distrito não estão muito mal em termos de sustentabilidade. Nos dois últimos compromissos houve um aumento da comparticipação do Estado para alcançar os 50% e esse caminho deve continuar a fazer-se, seja qual for o governo. Por outro lado, da parte dos municípios há uma maior sensibilidade para ajudar este sector.

## **E qual a grande dificuldade das instituições do distrito para conseguirem cumprir a missão?**

Começa a ser uma grande dificuldade recrutar recursos humanos. Este é o ponto chave: não há recursos humanos. Uma auxiliar necessita, primeiro, de formação e não se lhe pode pagar o ordenado mínimo. Já temos falta de mão de obra, se pagamos pouco, estamos condenados. O Sector Social Solidário tem de pagar melhor aos funcionários. Não sei como, não sei onde poderemos ir buscar essa verba, mas temos de pagar mais. Fala-se na redução da TSU, mas não vejo que seja por aí. Devia haver um complemento na comparticipação do Estado, porque com o aumento do salário mínimo houve uma série de categorias profissionais



que foram esmagadas e isso não cria incentivo a ninguém para trabalhar no sector. Já não temos a mão de obra que necessitamos, mas sim a que aparece. E isto causa constrangimentos, porque estamos a dar-lhes formação e um contrato e eles desaparecem de seguida. O grande problema não está nos técnicos, mas sim nas auxiliares de ação direta.

**Como é a relação com as associadas e quais as solicitações que elas mais dirigem à União?**

O que a União necessita mesmo é de apoio jurídico a sério. Os nossos recursos financeiros vêm das associadas, pelas quotas, mas não chega para termos esse apoio jurídico que necessitamos. Há sempre muita legislação a sair e os dirigentes nem sempre conseguem interpretá-la devidamente. O apoio jurídico é uma necessidade, mas também precisamos de mais formação na área dos diretores técnicos e dos dirigentes. Já houve, mas os dois cursos que se realizaram é muito pouco. Depois, temos uma classe de dirigentes que não é a mais nova, não é a que tem mais conhecimentos de informática e hoje está quase tudo informatizado. Recentemente, foi criada a figura do gestor da qualidade, mas pergunto: uma IPSS com acordo de cooperação para 20 ou 30 utentes vai contratar uma pessoa para o cargo? Claro que não, vai ser uma mesma pessoa a acumular tudo! Considero que

o gestor da qualidade já devia ter sido criado há muito tempo, mas tem de ter autonomia. Não pode apenas olhar para a qualidade do utente, também tem de olhar para a da instituição e a sua sustentabilidade. Senão estamos mal, é só pedir, pedir e do lado da instituição deixa de haver capacidade.

**E como é a relação da UDIPSS Vila Real com a CNIS?**

É uma relação a 100%, digo sempre o que penso, ouvem-me, pertenço ao Conselho Geral. No ano passado começaram com uma reunião por região, mas pararam e não deviam parar. Acho que a CNIS devia falar mais vezes connosco, marcar formação para as Uniões, mesmo que sejamos nós a participar. E é necessário virem cá mais vezes. No mínimo, duas vezes por ano a CNIS devia dar formação aos diretores técnicos e aos dirigentes ou, simplesmente, virem cá para falarmos. Hoje em dia, as instituições precisam de partilhar as experiências para melhor funcionarem neste contexto. Percebo que temos as reuniões centralizadas em Fátima e percebe-se, porque ali consegue-se agregar todo o território mais facilmente. Porém, devia haver mais reuniões descentralizadas. Todos nós gostamos de ver e ouvir o padre Lino Maia e ele, pelo menos, uma vez por ano devia vir ao distrito. Nós precisamos de transpirar o que nos vai na alma. No distrito, precisamos de falar mais

com o padre Lino Maia e um encontro, para além das assembleias gerais, era muito importante, porque é ele que nos representa.

**Referiu há pouco que há uma série de equipamentos a serem construídos, mas, à semelhança de outros distritos, em Vila Real também houve instituições a desistir de projetos aprovados no âmbito do PRR devido à inflação dos custos de obra?**

Notou-se mais na Mobilidade Verde Social. Até surgiu agora um novo Aviso, porque parece-me que houve poucas candidaturas. Este programa dava 25 mil euros, mas a instituição tinha de gastar outros 15 mil euros. Depois, apenas uma viatura elétrica quando a instituição tem uma frota de 10, não é nada! Deveriam fazer uma avaliação mais exata, saber quantas viaturas cada instituição tem e fazer um rácio, para ter no mínimo uma frota. Para além disto, o valor devia subir, na ordem a que a IPSS pagasse apenas 10 ou 5 por cento. As instituições estão paupérrimas, com um pouco mais de 15 mil euros compram um carro que não seja elétrico. E ainda há a questão do tempo de vida das baterias... Já a nível de construções, algumas instituições estão atrasadas e ponderam desistir. Houve uma bonificação, mas há instituições que pensam desistir.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE LOBRIGOS, SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

# Queremos que o nosso lar seja um alegre manicómio, não alienante

S. Miguel de Lobrigos é uma pequena povoação do concelho de Santa Marta de Penaguião, onde há 40 anos nasceu o Centro Social Paroquial da, então, freguesia. Quatro décadas de crescimento, mas também de dificuldades. A instituição vive com dificuldades financeiras e o presidente da instituição, padre Edgar Barbosa, espera que o apoio do Estado cresça para que uma qualquer crise não arraste a instituição para o abismo.

Tudo começou em 1984 com a criação da instituição e, no ano seguinte, arrancar a atividade com o Pré-escolar, resposta à infância alargada, três anos depois, com a abertura de um ATL, entretanto, encerrado. Em 1990, a instituição estendeu a sua ação aos mais velhos, abrindo um Centro de Dia e iniciando o SAD. Sete anos volvidos, mais uma resposta para a infância, com o surgimento da creche. Em 1999 foi criado um SAD Integrado, mas também essa resposta acabou. Finalmente, em 2004, a instituição inaugurou o lar de idosos.

“Num primeiro momento não pensámos em ter um lar, até porque não o poderíamos fazer por iniciativa própria, é sempre necessário o apoio estatal. No entanto, tendo em conta os levantamentos feitos junto da comunidade para avaliar as necessidades, decidimos, primeiro, abrir o SAD e o Centro de Dia”, conta o padre Edgar Barbosa.

Atualmente, as frequências das respostas sociais do Centro Social Paroquial de S. Miguel de Lobrigos são: creche, 40; Pré-escolar, 43; SAD, 30; Centro de Dia, 9; ERPI, 20; Cantina Social, 20. O quadro de pessoal é composto por 42 pessoas.

Na opinião do padre Edgar Barbosa, muitos dos problemas financeiros da instituição residem no Pré-escolar e no facto de apenas 34 lugares serem protocolizados, sendo que anteriormente eram os 50 da capacidade máxima.

“No ano de 2016, em que veio ao nosso encontro e de outras instituições o diretor do Centro Regional da Segurança Social com a exigência da revisão do acordo de cooperação em baixa. Porquê? Resposta: Porque, tendo em conta a baixa da natalidade naquela altura e a abertura do pré-primário na escola pública, o número a que chegaram apontava para a redução. Logo aí avisámos que seria difícil manter a resposta social com apenas 34 acordos. E, logo no ano seguinte à revisão do acordo em baixa, a frequência foi de 40 crianças. Agora tem sido sempre à volta de 43, 44, 46”, conta o presidente do Centro Paroquial, deixando um lamento: “Senti-me tão magoado. Não foram leais com as instituições. Se assino a revisão em baixa de um acordo, a minha expectativa é que, quando tivesse mais crianças, houvesse uma revisão em alta, mas isso não mais veio a acontecer. Confiei, se a ingenuidade vem da confiança nas pessoas, eu fui responsável. Nunca devia ter



assinado a revisão em baixa, tal como outros diretores de outras instituições”.

Apesar dos esforços envidados junto da secretária de Estado da Ação Social, em 2020, dando conta da necessidade de rever os acordos em alta pelas dificuldades que a situação está a criar à instituição, a resposta “foi, que, sem prejuízo da importância da matéria que expõe e as consequências na sustentabilidade da instituição, deverá aguardar novo período de candidaturas ao PROCOOP, o que nunca mais houve para esta resposta social”, lamenta, dizendo-se esperançado que “o novo governo estenda a gratuitidade da creche ao pré-escolar”.

Para o padre Edgar Barbosa, “a creche gratuita é muito positiva para a instituição, até porque esta é uma zona de baixas participações familiares”.

“Quando surgiu a Creche Feliz, a resposta encheu-se de imediato e acolhemos os mais pobres. É evidente que a missão das instituições é acolher os mais pobres, mas há pais que estão

em casa e recebem o RSI e enchem a creche, já os que trabalham não têm vaga. Anteriormente, as famílias que recebem o RSI não colocavam as crianças na creche, mas como agora é gratuita e acabam por ter prioridade... Agora, temos sempre lista de espera”, acrescenta, criticando os critérios de admissão impostos à instituição.

A situação que a instituição vive, “advém principalmente do Pré-escolar”, refere, acrescentando: “Primeiro foi a creche, porque tínhamos 30 acordos e acolhíamos 40 crianças. Mas o que nos preocupa muito o jardim de infância, e é algo que deve ser também preocupação de outras instituições no país, porque acolhemos até 43 crianças por necessidade dos pais, porque se não eles não querem, porque têm de pagar. Por isso, o Pré-escolar também deveria ser gratuito”.

Segundo o padre Edgar Barbosa, “a maior dificuldade que a instituição enfrenta é a da gestão financeira, porque a saúde financeira está muito débil”.



“Temo que com uma crise fiquemos na insolvência. Há obras que necessitávamos de fazer, algumas de fundo, mas não podemos, porque primeiro estão as pessoas e só depois estão as estruturas”, sustenta, avançando o que poderia revigorar a saúde financeira da instituição: “Em primeiro, e não depende de nós, era imprescindível que a nível governamental pudesse haver uma política de apoio ao jardim de infância igual à da creche, ou seja, a gratuitidade da resposta social. Depois, este lar tem 20 idosos, mas temos técnicos como se fosse para 40. A verdade é que o lar, com a atual capacidade, começa a dar prejuízo”.

E a instituição tem um plano para obstar a este cenário.

“Precisávamos de uma adaptação das áreas onde funcionava o ATL e a creche para ampliar o lar, então, candidatámo-nos ao PRR, mas a resposta foi negativa. Não nos aprovaram a candidatura, tendo em conta os rácios. É certo que o número de idosos no interior não é tão grande como nas zonas litorais, mas o que é estranho é que em Trás-os-Montes, onde os idosos vivem isolados e na solidão, estes ficam abandonados. E estes são os que mais precisam”, sublinha.

O padre Edgar Barbosa defende o projeto com o fito na sustentabilidade do Centro Paroquial: “Como a despesa maior é com os técnicos, a diferença de, com a mesma equipa, acolher 20 ou 43 é muito grande. Mantemos a esperança de que surja um novo apoio e que

possamos ser contemplados. Entretanto, também houve um aumento de preços brutal. Este projeto é para manter pela sustentabilidade da instituição e pela necessidade para os idosos do interior do país. Aqui acolhe-se bem, num ambiente familiar, é um verdadeiro lar, não uma casa de arrumação de idosos”.

Com a ampliação do lar, para já, na gaveta, o pároco defende que não há mais projetos e por uma razão simples: “O que nós queremos é a sustentabilidade daquilo que temos, depois podemos pensar noutras necessidades da comunidade”.

Apesar das dificuldades, o padre Edgar Barbosa faz um balanço positivo das últimas quatro décadas.

“Nestes 40 anos, o mais importante neste tempo foi o cuidar da gestão, tendo em conta servir bem e acolher bem os mais pobres. A nossa preocupação primeira foi sempre esta, para os que mais precisam. Aliás, acolhemos, a pedido das famílias, toda a gente, adultos e crianças, com deficiência e a nossa instituição não está vocacionada para essa área. No entanto, casos de deficiência profunda não podemos acolher”, sublinha o padre Edgar Barbosa, revelando uma situação que tem levado a resposta social de ERPI ao limite: “Até há pouco tempo, na área dos idosos, éramos a instituição mais barata do país. As nossas mensalidades, e só este ano alterámos o regulamento do lar de idosos, só tinham em conta as pensões dos nossos idosos, pensões rurais, muito baixas. Depois, fazíamos a oferta de fraldas, de medicamentos, de roupas, etc. E isto complica-nos muito a vida. E há famílias que em determinadas alturas sacam os bens aos pais, colocam-nos num lar e as instituições que cuidem. É injusto e é grave”.

A luta pela sustentabilidade é constante e desde sempre.

“Ao longo destes 40 anos houve sempre a preocupação em adquirir os bens a preços baixos. Por vezes penso que na comunidade até me julgam por me verem ao domingo à tarde nas grandes superfícies a adquirir bens em

promoção. Devem pensar que não fui rezar a missa para andar às compras. E só assim nos tem sido possível, fazendo uma gestão cuidada, mas infelizmente é insuficiente, porque os valores com pessoal, eletricidade, combustíveis são os maiores”, assegura, revelando que, “com grande esforço, pois foram 40 mil euros”, foram instalados no telhado da instituição painéis solares”.

E se o decorrer dos dias já acarreta problemas, pior a situação fica quando há surpresas desagradáveis.

“Foi uma bela, dramática e inesperada prenda de Natal de 2023”, começa por lamentar o presidente da instituição de S. Miguel de Lobrigos.

“Desconhecidos alteraram o IBAN da instituição na plataforma da Segurança Social Direta e desviaram o valor de quase 48 mil euros de participações. Demos conta do desvio no dia 29 de dezembro, uma sexta-feira, e de imediato formalizámos queixa na GNR, que, por sua vez, comunicou o crime à PJ, que agora está a investigar”, conta, fazendo uma pausa e desabafando: “Para além da consequência financeira, a situação causa-nos desânimo”.

“Para prevenção futura fizemos o que nos era possível, como formatação dos computadores e a colocação de um antivírus de alta segurança”, revela, apontando o dedo à Segurança Social, que “não está isenta de responsabilidade relativa ao pagamento das participações e ao *modus procedendi*”.

À instituição foi comunicado por e-mail que o pagamento seria feito no dia 26 de dezembro para o IBAN que correspondia ao do Centro Paroquial. No entanto, nada do pré-estabelecido no e-mail se cumpriu, porque o dinheiro foi transferido para outro IBAN e em dia diferente. “Aliás, o pagamento fora feito a 21 de dezembro, antes da comunicação à instituição”, destaca, lamentando que “a única coisa que a Segurança Social fez foi um workshop sobre a matéria e informar que também ia mudar de procedimentos”.

Já não fosse tudo um grande imbróglcio, a deteção da falta de pagamento, da burla foi feita apenas dia 29, quando o pagamento havia sido feito a 21, o que dificulta encontrar o rasto ao dinheiro.

Tudo isto foi comunicado ao secretário de Estado da Segurança Social, à presidência do ISS e ao Centro Regional da Segurança Social, mas a instituição ainda não recebeu qualquer resposta.

E como seria S. Miguel de Lobrigos sem o Centro Social Paroquial?

“Os pais tinham de ter as crianças em casa, os pais e os avós teriam de arranjar meios para estar com as crianças fora do horário escolar e nas férias. Quanto aos idosos, nem imagino, porque há famílias que não têm possibilidade de cuidar dos seus idosos. Estariam em casa sozinhos”.

A terminar, o padre Edgar Cardoso assegura que na instituição tudo é feito “para a felicidade dos nossos idosos”, contando um episódio caricato: “Tínhamos aqui uma educadora social que era muito alegre e, então, eu dizia-lhe: faz deste lar um alegre manicómio, mas não alienante”.

## COMUNIDADES CIGANAS

## Portugal quer saber quem são e quantas pessoas têm

Portugal vai ter um novo estudo nacional sobre as comunidades ciganas, de quantificação, mas também caracterização, que deverá arrancar em maio, tem a duração prevista de dois anos e será elaborado por um consórcio académico.

O estudo é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), na sequência de um concurso público, em que venceu o projeto apresentado pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do ISCTE -- Instituto Universitário de Lisboa.

Maria Manuela Mendes, da equipa do CIES, afirmou que o estudo deverá começar a ser feito brevemente, em princípio em maio, tendo em conta que ainda falta aguardar pelo fim do prazo para que os outros projetos contestem o resultado do concurso.

A investigadora adiantou que o objetivo é “fazer um novo estudo sobre a população cigana” depois de o anterior ter sido publicado em 2014, e atualizar o diagnóstico e o conhecimento sobre as comunidades ciganas. “Até avançar noutras frentes, nomeadamente um conhecimento histórico mais aprofundado sobre a presença também das pessoas ciganas em Portugal, que

é uma coisa que não está muito desenvolvida e não há muito conhecimento produzido a esse propósito”, explicou.

Maria Manuela Mendes adiantou que o financiamento do projeto é para dois anos, estimando que em maio de 2026 esteja concluído. Adiantou que haverá resultados parciais que irão sendo divulgados, além de estarem pensadas publicações, eventos para a apresentação e discussão de resultados, que incluirá organizações, ativistas e membros da comunidade cigana.

Segundo a investigadora, o estudo vai incluir projetos com a comunidade cigana, que irá “fazer uma espécie de consultoria ao projeto”, além de dois inquéritos nacionais, englobando continente e ilhas.

“Vai haver um inquérito à população cigana portuguesa, com uma amostra bastante elevada, um inquérito também à população não cigana sobre os ciganos, sobre as representações que têm relativamente à população cigana”, adiantou.

Acrescentou que haverá uma componente qualitativa de aprofundamento e um trabalho etnográfico “em algumas comunidades que experienciam situações habitacionais mais complicadas e, eventualmente, mais precárias, em diferentes zonas do país”.



Referiu que o estudo irá procurar saber quantas pessoas ciganas vivem em Portugal, mas também terá “uma componente qualitativa, com entrevistas, com histórias de vida” e retratos sociológicos sobre “alguns perfis de pessoas e famílias ciganas”.

O primeiro, e até agora único, estudo nacional sobre as comunidades ciganas, encomendado pelo Alto Comissariado para as Migrações, realizado em 2014, com base em entrevistas a 1.599 pessoas ciganas, revelou que os ciganos portugueses tinham baixos níveis de escolaridade, casavam cedo e faziam da venda ambulante a principal atividade económica.

# Há um WEBSITE à sua espera na F3M!

**INSTITUIÇÕES**

**MAIS PRÓXIMAS DOS UTENTES**

**OBRIGATÓRIO**  
publicitação  
das contas  
anuais em  
site próprio

**VISIBILIDADE**

**ACESSIBILIDADE**

**CREDIBILIDADE**

**PROFISSIONALISMO**

**EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO**

CONHEÇA A **OFERTA** 360° DA F3M PARA O SETOR SOCIAL

SOFTWARE

CONSULTORIA

FORMAÇÃO CERTIFICADA

TELECOMUNICAÇÕES

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

CIBERSEGURANÇA

[www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

CERTIFICAÇÃO PRATA

50 ANOS DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

# Eleutério Alves, onde estava no 25 de abril?

Eleutério Alves é o dirigente mais antigo da CNIS: é vice-presidente e há 29 anos consecutivos que integra os órgãos diretivos. É deputado honorário da Assembleia da República e foi eleito como parlamentar nas primeiras eleições livres em 1975. Eleutério Alves tem 77 anos, natural de Vinhais, licenciado em Ciências Empresariais e Gestão de Recursos Humanos, foi professor, técnico superior na Segurança Social, dirigentes em várias instituições sociais, chefe de divisão e de departamento na Câmara de Bragança, vice-provedor e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança (32 anos), presidente da Assembleia Municipal, deputado da Assembleia Constituinte e deputado eleito pelo PSD para Assembleia da República na I, II e III legislaturas (de 1980 a 1985) pelo distrito de Bragança. Tem mais do que motivos para celebrar os 50 anos do 25 de abril.

## SOLIDARIEDADE - Onde estava no 25 de abril de 1974?

**ELEUTÉRIO ALVES** - No dia 25 de Abril de 1974, estava em Bragança, cidade onde vivia e trabalhava. Tinha na altura 27 anos. Sete meses antes, em outubro de 1973, tinha regressado de Moçambique onde estive em serviço militar obrigatório. Era casado e tinha já o meu primeiro filho. Preparava-me para ir para a Escola Preparatória onde lecionava quando ouvi as primeiras notícias que condicionaram logo toda a atividade do dia. As ruas começaram a encher-se de gente, os cafés com as televisões ligadas eram os principais pontos de encontro e discussão, a informação por vezes contraditória fazia variar muito os sentimentos, mas percebia-se que alguma coisa, ainda muito confusa, estava a acontecer. Não me lembro de ver medo nas pessoas, mas sentia-se muita ansiedade para querer perceber melhor o que era aquilo e sobretudo os mais velhos eram aqueles que mais confiantes se mostravam convictos de que a revolução era boa.

## A sua vida mudou por causa da revolução?

Sem dúvida, a minha e a de muita gente. Diria até que a minha vida foi mudando ao longo do tempo, de uma forma mais ou menos rápida, mas sempre uma mudança promovida e assumida por mim conforme as oportunidades que me foram sendo criadas e o facto de haver tanta oportunidade foi já uma consequência da revolução.

No dia 25 era professor, mas nesse mesmo dia tinha agendada uma entrevista de emprego para ingressar num banco comercial. A entrevista foi cancelada pelo que mantive a profissão de professor, no entanto com a consolidação da mudança de regime, passei a uma participação política mais ativa na minha cidade, não só para ajudar a promover e defender os interesses da minha região, mas também para combater excessos que em nome de uma falsa legitimação da revolução, alguns quiseram cometer contra pessoas, bens e património da comunidade. Aderi de forma militante a um partido político e iniciei uma vida política e partidária assente nas minhas convicções e valores que defendia porque acreditava poder

contribuir para o desenvolvimento social e económico da minha região, ajudando a criação de bem-estar, qualidade de vida, dignidade cívica, valores que tão arredados andavam destas paragens. Depois, em termos de vida profissional, sempre estive na Administração Pública, entre Educação, Segurança Social, Saúde, Negócios Estrangeiros e Autarquias e sete anos como deputado na Nação.

## Como chega a deputado da Assembleia Constituinte?

O ano de 1974 foi um ano politicamente muito agitado. Era a novidade do regime democrático, um regime que ninguém desse tempo tinha vivido, a ser descoberto nas suas forças e fragilidades, onde muitos interesses individuais e de grupo se foram afirmando, nem sempre dentro daquilo que devia ser a legitimidade democrática, altura em que se constituíram alguns partidos políticos para uma disputa eleitoral que o MFA na altura apontava para o ano seguinte, como aliás veio a acontecer. Quando foram marcadas as eleições para a Assembleia Constituinte, o partido político onde então militava convidou-me para integrar a lista de candidatos às eleições a ter lugar no dia 25 de Abril de 1975 para a constituição de uma Assembleia Constituinte. Vi aí uma oportunidade de promover o meu distrito e de poder levar para Lisboa a voz inconformada de uma região interior e empobrecida que ninguém ouvia e acabei por ser eleito na primeira eleição em liberdade, onde participaram 91,2 % dos eleitores do distrito. Foi uma experiência gratificante e muito rica para a minha formação humana e cívica pelo convívio que me foi permitido com os maiores nomes da nossa classe política, nomes que ainda hoje são as grandes referências dos pensadores políticos contemporâneos. Mais tarde fui novamente eleito para a Assembleia da República, que integrei entre os anos de 1980 a 1985.

## Passados 50 anos, valeu a pena? Que falta ainda concretizar?

Sem dúvida que sim, apesar de algumas malfetorias com que alguns procuraram desde o início subverter o espírito e os objetivos daqueles que foram os protagonistas da revolução. Hoje poucos se lembram da responsabilidade do Movimento das Forças Armadas ou do Conselho de Revolução na condução dos primeiros tempos pós-revolução. Ou do papel do COPCON na tentativa de instalar no país uma República Popular. Do que sofreram as populações do interior com as chamadas Operações de Dinamização Cultural. Eu próprio fui vítima do sequestro dos deputados no cerco à Assembleia Constituinte em novembro de 1975. E muitas outras vicissitudes do PREC que a revolução permitiu, mas não apoiou. Hoje olha-se para trás e conta-se como história, mas a revolução valeu a pena. Nem tudo está feito, porque nunca está, mas os valores da revolução continuam presentes e determinantes para que os direitos, liberdades e garantias que a Constituição de 1976 devolveu aos portugueses sejam ainda

hoje reais e universais.

## Com o tempo transformou-se num dirigente social, designadamente na Misericórdia de Bragança e na CNIS. O Sector Social foi um dos que mais mudou nestes 50 anos?

Desde muito jovem percebi que a nossa vida só faz sentido se for partilhada com outras vidas naquilo que possa conduzir a interesses comuns de bem-estar individual e coletivo. Dai que cedo partilhei o meu tempo em vários movimentos de diversa ordem como forma de participação cívica e cidadania. O voluntariado e solidariedade são para mim os valores mais nobres da cidadania porque é através dessa partilha e de forma gratuita que podemos, como já disse, contribuir para que a nossa vida tenha mais sentido. Na CNIS, são quase 30 anos a procurar promover e defender, dentro daquilo que posso e sei, mas com muita honra, motivação e determinação, os interesses das nossas associadas e através delas os interesses e os direitos das populações que servem. O conceito institucional da solidariedade é uma conquista do 25 de Abril, mas que tem de ser melhorado e adaptado aos diferentes tempos e necessidades que se vão seguindo. Ao longo destes anos assistimos a diversas alterações orgânicas e estratégicas do funcionamento do chamado Sector Social Solidário, que vão no sentido do seu reconhecimento e reforço, mas ainda há caminho a percorrer, sobretudo do que respeita à autonomia, reconhecimento da sua identidade e garantias para a sua sustentabilidade, tendo em conta que as suas associadas são prestadoras de serviços contratualizados pelo Estado e que devem ser pagas pelo preço justo.

## Na CNIS é responsável pela Festa da Solidariedade. Quais são as novidades para este ano?

A Festa da Solidariedade é uma marca da CNIS. Um conceito que tem desde o seu início, e já vão quase 20 anos, o objetivo de garantir às suas associadas um tempo e um espaço para convívio, partilha de experiências, mostra das suas boas práticas e promoção dos seus valores e serviços às populações. É importante dar a conhecer o que de muito bom e bem se faz nas nossas IPSS. A Festa serve também para mostrar ao país, que a par da Ação social que as IPSS desenvolvem, há toda uma atividade cultural, recreativa, desportiva, com atividades de artesanato e gastronomia que são distintivas das diferentes regiões e comunidades onde se inserem. Este ano a Festa será no distrito de Bragança, num local indicado pela União Distrital parceira na organização da Festa. Acredito que mantendo um figurino muito próximo do habitual irão aparecer algumas novidades enriquecedoras do momento e atrativas para que outras instituições do país se desloquem a Bragança para ver e partilhar a cultura local e ao mesmo tempo mostrar também os seus saberes e riquezas artísticas às comunidades locais. Vai valer a pena guardar um fim de semana em setembro, para fazer uma visita às Terras de Trás-os-Montes.

PRESIDENTE DA CNIS DIZ-SE CONFIANTE

# Com o novo governo o diálogo será



**MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO**  
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Maria do Rosário Palma Ramalho é a nova ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Tem 63 anos, é professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, especialista em direito do trabalho e direito civil. Há 10 anos que é Presidente da Associação de Direito do Trabalho e, em 2013, durante o governo liderado por Passos Coelho, coordenou a equipa esteve na origem da redação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do XXIV Governo Constitucional é também consultora da Comissão Europeia na área da igualdade de género.

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Lino Maia, ficou agradado com as escolhas de Luís Montenegro, apesar de alguma surpresa na escolha da principal responsável do Ministério: “Sim, foi uma surpresa. Falava-se noutros nomes. O primeiro-ministro conduziu bastante bem o processo de escolha, com recolhimento, respeitando a hierarquia do Estado na sua apresentação. É provável que tenha feito várias consultas. Ele achou que era a melhor solução. Estou confiante. Devo dizer que não conheço a ministra Maria do Rosário Palma Ramalho, muito embora tenha boas referências dela, mais na área do Trabalho. Penso que as escolhas foram acertadas. Estou muito confiante. São pessoas com quem sei que será fácil o diálogo, são sensíveis a este Sector Social Solidário, o que não significa que vai correr tudo bem.”

As opiniões não foram unânimes. Logo que foi conhecido o nome de Maria do Rosário Palma Ramalho o comentador da CNN Pacheco Pereira considerou-a politicamente “muito à direita”, inclinada a “medir as políticas pelos resultados mais do que pelos princípios”, sendo caracterizada como “tendencialmente autoritária”. Pacheco Pereira antevê dificuldades nas negociações com o Partido Socialista. Os patrões aplaudiram a escolha os sindicatos já torceram o nariz...

Maria do Rosário Palma Ramalho, independente, sem filiação partidária, assumiu críticas aos governos de António Costa, designadamente no Código do Trabalho, defendendo maior flexibilidade em matéria de contratação e nos desafios da economia digital, nas novas formas de trabalho com as plataformas e o teletrabalho. A simplificação do atual Código do Trabalho é uma das metas incluídas no programa de governo da Aliança Democrática. Maria do Rosário tem uma pasta difícil apesar dos bons indicadores económicos, concretamente do que toca ao baixo desemprego



**ADRIANO RAFAEL MOREIRA**  
Secretário de Estado do Trabalho

(6,5% em 2023), apesar das implicações internacionais, crise pandémica, conflitos militar e escalada da inflação.

A nova ministra vai ter de lidar com as exigências da valorização salarial dos trabalhadores. O aumento do salário mínimo e do salário médio não têm compensado a perda de rendimentos efetiva e a saída de pessoas qualificadas para outros países mais competitivos. Recorde-se que a campanha eleitoral da AD fez a promessa de aumento do salário mínimo nacional para 1.000 euros, até ao final da legislatura, e criar condições para a evolução do salário médio chegar aos 1.750 euros em dez anos.

A titular da pasta do Trabalho tem em mãos ainda a competitividade da economia, a baixa formação dos trabalhadores mais idosos com uma grande iliteracia digital. No Sector Social o programa eleitoral da AD prometeu a valorização profissional, a dignificação dos trabalhadores das IPSS e Misericórdias e uma capacitação do Sector. Mais ainda, nesse programa que deve ser a estrutura do programa governativo, está escrito que vai ser dado o apoio necessário com a duplicação da consignação de IRS às instituições e com a assinatura de compromissos com o Sector Social Solidário “com verbas fixadas de modo transparente, previsível, dando segurança à tesouraria das Instituições”.

Na Segurança Social a sustentabilidade parece resolvida para os próximos anos. No entanto, há expectativa da abertura de um debate a propósito do regime contributivo, designadamente a reboque da proposta da Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social. A nível de Ministério é evidente a deterioração dos serviços, quer nos recursos humanos que nos recursos tecnológicos, esperando que o PRR possa ajudar na modernização administrativa, melhorando a eficiência nas relações entre o IGFSS e a Autoridade Tributária.

Espera-se o aumento do valor do complemento solidário para idosos e medidas que considerem o evidente envelhecimento da população que obriga a uma política de cooperação mais intensa com as organizações do Sector Social.

## SECRETÁRIOS DE ESTADO

Completam o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social três secretários de Estado: Jorge Campino na Segurança Social; Clara Marques Mendes na Ação Social e Inclusão; e Adriano Rafael Moreira no Trabalho.

Lino Maia, presidente da CNIS está confiante: “Temos de ter confiança e

# fácil mas nem tudo vai correr bem



**JORGE CAMPINO**  
Secretário de Estado da Segurança Social

colaborar. Costumo dizer que para mim o importante não são as amizades, ligações pessoais ou ideológicas. O importante é que quem assume responsabilidades tenha sentido de serviço público e estes secretários de Estado têm, bem como a ministra. Certamente não estaremos sempre de acordo. Eles conhecem bem o sector, mas devem ser sensíveis à necessidade de o dotar com mais meios e recursos para que os mais desfavorecidos não sejam abandonados”.

Jorge Campino sucede a Gabriel Bastos na pasta da Segurança Social. Doutor em Economia pela Universidade de Aveiro, o novo secretário de Estado é docente universitário na instituição de ensino onde se formou. Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Aveiro, liderada pelo social-democrata Ribau Esteves.

Jorge Campino conhece bem os cantos à casa. O novo secretário de Estado da Segurança Social fez parte da direção do Instituto da Segurança Social que foi demitida, em 2016, no primeiro governo de António Costa, pelo então responsável pelo Ministério da Segurança Social, António Vieira da Silva.

Campino foi também, durante o Governo de Pedro Passos Coelho, chefe de gabinete do secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, até outubro de 2012.

Jorge Campino vai ter de promover o debate sobre a sustentabilidade da Segurança Social, mas sem se esperarem grandes alterações e a responsabilidade de decidir o que fazer com o Livro Verde sobre as pensões, que pode passar por acabar com as pensões antecipadas ou usar parte da receita com IVA das faturas de cada contribuinte para planos poupança reforma, público ou privados. Para os próximos tempos há que esperar uma resposta às situações economicamente mais frágeis dos reformados e trabalhadores. Está ainda bem presente a promessa de subir o valor de referência do complemento solidário para idosos para os 820 euros até 2028.

A CNIS conhece bem o novo titular da Segurança Social: “O dr. Jorge Campino já o conheço desde há bastantes anos e tenho dele a melhor impressão. Ele fica com a Segurança Social, não com a Ação Social, mas para nós acaba por ser importante. Tenho a certeza de que não vamos estar sempre de acordo, mas tenho a certeza que seremos sempre colaboradores”.

Aos 54 anos, Clara Marques Mendes, deputada social-democrata desde 2011, eleita pelo círculo de Braga, foi o nome escolhido para a secretaria de Estado da Ação Social e da Inclusão. Licenciada em direito e jurista, Clara Marques Mendes destacou-se pelos desempenhos ativos e reconhecidos



**CLARA MARQUES MENDES**  
Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão

nas comissões parlamentares do Trabalho e da Segurança Social nas últimas legislaturas. A defesa dos cuidadores informais está no curriculum. É irmã de Luís Marques Mendes, o antigo governante e atual comentador da SIC.

O presidente da CNIS conhece bem a deputada de Fafe: “Devo dizer que várias vezes conversámos, ela procurou, nos últimos dois anos, acompanhar bastante o Sector, tivemos muitas reuniões e verifico que ela é sensível e que está bem documentada”.

Parece ter havido uma alteração na hierarquia do Ministério com a passagem do Trabalho de primeiro para terceiro lugar.

Adriano Rafael Moreira, tem 59 anos e foi deputado eleito pelo distrito Porto nas listas do PSD para a AR nas XI e XII legislaturas. É o novo secretário de Estado do Trabalho. Advogado, antigo administrador da Infraestruturas de Portugal, Estradas de Portugal, Rede Ferroviária Nacional e Caminhos de Ferro Portugueses é licenciado em Direito pela Universidade Católica, tal como a ministra. Em 2016 renunciou ao cargo de vogal do conselho de administração executivo, após a saída de António Ramalho (marido da ministra do Trabalho) para a presidência do Novo Banco.

Independentemente das pessoas, dos partidos e dos governos, para a CNIS, e concretamente para o seu presidente eleito em 2004, a atitude é sempre a mesma: “A CNIS mantém sempre a mesma postura. Não somos um partido, não nos candidatamos ao parlamento, não foi constituímos governo e por isso respeitamos à partida todos os governos democráticos e constitucionais. Todos os membros do governo vão ter sentido do serviço público e estarão de boa-fé. A relação com a CNIS será sempre boa”.

Para já não há encontros oficiais agendados mas já foram feitos contactos. Lino Maia hierarquiza as questões mais importantes para a Confederação: “A primeira é a questão da sustentabilidade e o cumprimento do Pacto de Cooperação. Eu penso que devíamos até ir pouco além do objetivo do Pacto, mas devíamos, desde já, cumpri-lo para atingir o mais rápido possível a comparticipação do Estado em 50 por cento. Essa é a questão principal. As outras não são secundárias. Falo da autonomia e identidade das IPSS que têm de ser clarificadas e consagradas na lei. Há a questão do regime fiscal que tem de ser revista. As instituições prestam serviço público e têm de ser contempladas com um regime fiscal, adequado a essa condição.”

**PAULO PEDROSO***Membro da Direção do CoLABOR  
e Professor no ISCTE*

# Novo governo: boas e más notícias para a economia social

O Governo que acaba de tomar posse tem a sua investidura garantida pela promessa do PS de não apresentar nem viabilizar qualquer moção de rejeição do seu programa. Quando escrevo ainda não se conhece o Programa de Governo, mas é público o Programa Eleitoral da Aliança Democrática que lhe servirá de base. Proponho-me aqui analisar o modo como esse Programa considera e enquadra o contributo da economia social para o país.

A expressão “economia social” em si mesma é pouco usada. Apenas é referida em dois contextos, o do seu contributo para a proteção e integração de imigrantes e a do seu dinamismo na inclusão de pessoas com deficiência.

O “setor social” é referido mais vezes, associado em particular ao seu papel na prestação de respostas sociais. A AD assume para com o setor, três compromissos gerais.

A AD assume um compromisso de dignificação do setor e dos seus profissionais, comprometendo-se a “consagrar o direito a uma carreira profissional aos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias”, no quadro de um diagnóstico pessimista da realidade do setor, em particular nos cuidados, afirmando que “o afastamento de profissionais do setor social é gritante, muito motivado pela falta de atratividade dos salários e carreiras, aliado à carga de trabalho elevada”. A valorização dos profissionais é uma preocupação positiva. Poderá objetar-se que já há contratação coletiva e, consequentemente, carreiras profissionais quer com IPSS quer com Misericórdias. Mas a intenção de valorizar o trabalho é positiva e necessária.

A AD assume também um compromisso de capacitação do setor, desenvolvendo programa de “formação de gestores voluntários” e de capacitação “para respostas inovadoras que privilegiem a autonomia, o apoio domiciliário e o papel dos cuidadores informais, em detrimento da institucionalização dos utentes”.

Poder-se-á referir que essa capacitação já é uma preocupação do presente, mas intensificá-la é bom.

A AD assume, finalmente um compromisso de apoio financeiro ao setor, assente em duas medidas. Propõe duplicar a consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%. Afirma a necessidade de um “compromisso plurianual entre o Governo e o setor social e solidário com verbas fixadas de modo transparente, previsível, dando segurança à tesouraria das Instituições”. Aqui há que referenciar que o subfinanciamento do setor é um dado notório e que a materialização em particular do segundo compromisso assumido é de importância vital para a qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade do setor.

A orientação da visão do contributo da economia social focado nas respostas sociais é ainda mais claramente perceptível nas referências feitas no Programa Eleitoral às instituições da economia social.

AS IPSS e as Misericórdias são chamadas ao Programa para reconhecer o seu papel na promoção da saúde e na prevenção da doença, para o alargamento de cuidados de proximidade (nomeadamente pela contratualização de cuidados de saúde nas unidades de cuidados continuados) e para melhorar a contratualização da gestão de equipamentos sociais (aqui referida a par com o setor privado).

As Mutualidades são referidas uma única vez, para exemplificar as entidades privadas com equipamentos sociais com quem a contratualização deve ser melhorada.

As Cooperativas são referidas a propósito do seu papel no ensino superior e na promoção de habitação.

Se procurarmos perceber em que compromissos estratégicos para o país pretende a AD envolver o setor social fica, pelo que antecede, claro que este governo conta com o setor para a saúde, para as respostas sociais,

em particular nos cuidados e, especialmente as cooperativas, para o ensino superior e a habitação.

É ainda pedido o compromisso do setor social com a estratégia para a melhoria da qualidade de vida. O Programa Eleitoral da AD pugna por “construir um Compromisso Social e Político para a Demografia e a Longevidade, que permita mobilizar um trabalho conjunto entre os serviços sociais e de saúde, os setores público, social e solidário e privado, sem cegueiras ideológicas, desde o governo central ao poder local.”

A formulação deste compromisso espelha bem a visão que o governo é chamado pelo Programa Eleitoral da AD a ter sobre a economia social. É notória a pretensão que apoie uma estratégia de redução da centralidade dos serviços públicos, em concorrência com o setor privado e não pela via da sua especificidade e contributo para o reforço da entreadjudada e da solidariedade, ou de uma visão alternativa ao modelo liberal de sociedade, que reforce a interação entre o serviço público e formas associativas de participação social.

Na visão da AD para a economia social há uma boa notícia e uma má notícia. A boa notícia é a de que o Governo reconhecerá os problemas que o setor atravessa e se comprometerá a apoiá-lo em algumas das dimensões essenciais do papel que desempenha na sociedade portuguesa.

A má notícia é a de que o Governo não recebe do Programa Eleitoral da AD nenhuma visão integrada do contributo da economia social para a sociedade, nem o reconhecimento da sua especificidade, antes o mandato para o usar como ferramenta de privatização, a par com a privatização propriamente dita, para combater insuficiências do serviço público. Se esta visão se impuser, teremos a prazo um mercado de serviços sociais com prestadores privados, em que alguns serão de carácter social.

**HENRIQUE RODRIGUES***Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# “As nações todas são mistérios cada uma é todo o mundo a sós” (Fernando Pessoa, Mensagem)

**1** - Leio no Público de Domingo, 7 de Abril, que “Dezenas de milhares de pessoas protestaram (na véspera) contra o Governo de Viktor Orbán no centro de Budapeste, ... alguns deles gritando “não temos medo” e “Orbán demita-se”. Muitos vestiam as cores nacionais, vermelho, branco e verde, ou exibiam a bandeira nacional, símbolos que o partido ultraconservador de Orban (Fidesz) tomou como seus nas últimas décadas.” “Estas são as cores nacionais da Hungria, não são do Governo ...”

Também na Hungria, Governo e Oposição elegeram como terreiro de luta partidária a utilização dos símbolos de identidade da Pátria, designadamente as cores nacionais e a composição da bandeira, e a apropriação desses símbolos no espaço simbólico da afirmação identitária pelo partido do poder e da implícita confusão entre a Pátria e o Governo de turno.

Como não lembrar, ao ler essa peça do Jornal, o que se tem passado entre nós com o logótipo da República Portuguesa, alterado no ano passado pelo Governo do PS e restaurado agora na sua versão anterior pelo Governo da AD – que pretendeu reforçar o impacto simbólico da restauração ao elevar a revogação desse logótipo a primeira medida do novo Governo, na sequência, aliás, de compromisso eleitoral da AD.

O assunto tem sido objeto de acalorado debate nas redes sociais, na imprensa escrita e nas televisões.

Trago aqui o exemplo da Hungria apenas para tentar reduzir a dimensão do nosso dissídio, mostrando que não somos originais, nem na alteração, nem na revogação dessa alteração, mas que fazemos o mesmo que os outros Governos, dos outros países, também eles convencidos de que o mundo começou quando tomaram posse e que todas as medidas por si tomadas têm carácter inaugural e lustral.

“Estas são as cores nacionais ..., não são do Governo” – como se proclamou na Hungria.

Mas não há dúvida de que o artº 11º da Constituição estipula, no seu nº 1, que “A Bandeira Nacional, símbolo da soberania

da República, da independência, unidade e integridade de Portugal, é a adotada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.”

E, nessa perspectiva, não restam igualmente dúvidas de que o logótipo da versão anterior a 2024 é mais identificável com a bandeira a que se refere a Constituição, a instaurada pela Revolução que instituiu a República, do que o introduzido pelo Governo do PS em 2023.

Claro que se tem dito que se não trata, o logótipo desenhado por Eduardo Aires, de uma reprodução da bandeira nacional, não pretendendo usurpar nenhum símbolo de Portugal, designadamente a sua identidade.

Mas, no contexto do debate que tem acompanhado as vicissitudes do logótipo, tenho visto, por parte dos defensores da versão agora revogada, que essa versão, constituída por dois retângulos, um verde e outro vermelho, ladeando um círculo amarelo, é mais inclusiva – no sentido da tutela dos direitos das minorias.

Fosse esse o caso, e fosse o novo logótipo capaz de induzir a protecção efectiva de tais direitos, e teria a minha concordância.

Mas sou franco; será défice meu, por regra pouco sensível às manifestações artísticas que colhem hoje em dia os favores da crítica especializada, que descobre obras-primas a um ritmo que ninguém consegue acompanhar – mas, ao olhar para a composição do logótipo revogado, não sinto a emoção, o frêmito, que normalmente acompanha a contemplação ou a fruição de uma qualquer obra de arte.

Nem nele vislumbro qualquer sinal que remeta para as políticas de inclusão que alegadamente lhe são atribuídas como fundamento.

Trata-se de uma obra aberta, onde cada qual pode encontrar o que lhe aprouver.

**2** – A Constituição da República de 1976 foi elaborada e aprovada na sequência e como efeito da revolução do 25 de Abril, constituindo a base da organização política do nosso País.

É a Constituição da Liberdade, que representa com fidelidade os valores de Abril e que marca a ruptura com o fascismo, que nos tolheu

durante 48 anos de ditadura.

Como vimos, e não obstante não poder ser mais abissal a distância entre o Antigo Regime e aquele sob o qual felizmente vivemos, a Constituição de 1976 manteve a composição da bandeira, que fora aprovada na sequência da implantação da República.

Isto é, os Constituintes entenderam que, não obstante a ruptura com o passado próximo, os elementos da bandeira remetiam para valores que sobrelevavam a conjuntura, mesmo que esta mudasse, como mudou, e apelavam a valores perenes da Pátria e à sua História de mais de oito séculos.

Dir-se-á que o logótipo não é a bandeira; mas, na realidade, pretendeu ser uma variação dela, uma versão aggiornada dos seus elementos; ou, como explicava o site do anterior Governo, a bandeira nacional seria o elemento matricial do logótipo.

Por outro lado, não vislumbro que haja divergência de fundo entre PSD e PS quanto aos valores que são imputados ao logótipo.

Nem penso que o PS entenda que a revogação do logótipo anterior pela AD queira dizer que o novo Governo não tem como essencial no seu programa políticas inclusivas.

Encontramo-nos em pleno mês de Abril, em que se festejam os 50 anos de liberdade que nos foi restituída em 1974.

Quer PS, quer PSD, constituíram a base de entendimento para a elaboração, em 1975/1976, em contexto complexo, da Constituição que nos rege.

Quer PS, quer PSD, têm entendimento semelhante quanto aos valores identitários da portugalidade.

Aliás, coube a ambos, cada qual em seus tempos, assegurar o Governo do País pelos XXIV Governos Constitucionais que nos regeram até ao presente – com respeito por tais valores.

E também ninguém duvida da sua obrigação, e da sua vontade, de defender a Constituição e as liberdades.

O tempo é mais para relevar o que é comum aos dois partidos – que é muito mais do que os separa.

E muito mais urgente!

AQUISIÇÃO DE VIATURAS 100% ELÉTRICAS PELAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

# Mobilidade Verde Social abre candidaturas dia 11 de abril

Foi lançado novo Aviso para a aquisição de veículos elétricos no âmbito da Mobilidade Verde Social a que as IPSS se podem candidatar a partir do próximo dia 11 de abril até ao dia 6 de junho.

O Programa Mobilidade Verde Social visa o apoio à aquisição de viaturas 100% elétricas adaptadas às necessidades das instituições, dos serviços que prestam e das pessoas beneficiárias, nomeadamente com mobilidade condicionada.

Com a publicação do presente aviso é aberto um período de candidaturas com o objetivo de apoiar a aquisição de viaturas 100% elétricas, pelas entidades da Economia Social e Solidária, que detêm acordos de

cooperação celebrados e em vigor, no mínimo, para o desenvolvimento de uma das seguintes respostas sociais: Apartamento de Autonomização; Centro Comunitário; Centro de Acolhimento Temporário; Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI); Centro de Dia; Centro de Noite; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Lar de Apoio; Lar de Infância e Juventude; Lar Residencial; Residência de Autonomização e Inclusão (RAI); e Residência para Pessoas com VIH/SIDA.

Cada instituição pode apresentar uma única candidatura, onde considera, no limite, a totalidade dos acordos de cooperação em vigor para as respostas sociais acima listadas, tendo por

referência o distrito onde as mesmas se localizam, ou seja, por cada distrito onde desenvolvem as referidas respostas, pode solicitar financiamento para uma viatura da tipologia 3 ou 4, respetivamente.

O montante financeiro disponível no presente aviso é de 37 milhões de euros para aquisição de até 1.000 viaturas, no apoio máximo elegível por viatura de 30.000 euros ou 40.000 euros, tratando-se de uma viatura da tipologia 3 ou 4, conforme aplicável.

As duas tipologias elegíveis vão responder às necessidades das instituições, dos serviços que prestam e das pessoas beneficiárias, nomeadamente no transporte de pessoas com mobilidade condicionada.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL RECREIO DO CARAMULO, TONDELA

# Obras de remodelação custam 400 mil euros e estarão prontas em setembro

A Associação de Solidariedade Social Recreio do Caramulo está a proceder a obras de requalificação do edifício da instituição, onde a valência de creche deverá regressar a partir de setembro e onde irá passar a funcionar também a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

A remodelação do equipamento social, orçada em cerca de 400 mil euros, tem participação financeira do município de Tondela, do Estado central e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o apoio financeiro da autarquia a ser de 50 mil euros para as obras, ao que se somam mais 120 mil euros atribuídos no último ano à IPSS com o objetivo de manter a creche em funcionamento.

“Acreditámos desde o início que este é o caminho. Se o município não tivesse apoiado a creche e pressionado a Segurança Social, hoje não havia nem berçário, nem creche na Serra do Caramulo. Isto sim, é uma discriminação positiva e uma clara aposta na coesão territorial. Hoje temos nove crianças no berçário e 13



na creche, que continua a registar uma elevada procura por parte das famílias. Estes números são a prova de que estávamos certos ao termos defendido e apoiado a manutenção da creche na Vila do Caramulo”, sustentou, à comunicação social, a presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carla Borges.

A creche é, de momento, frequentada por 22 crianças, naturais do Guardão, mas também de outras freguesias do concelho e até de municípios vizinhos.

Esta resposta social chegou a ser sinalizada em 2021 pela Segurança Social para encerrar devido à falta de crianças, mas graças ao esforço dos dirigentes da instituição e da autarquia, a creche não só permaneceu de portas abertas como viu crescer o número de petizes.

As obras de remodelação na sede da Associação de Solidariedade Social Recreio do Caramulo iniciaram-se em janeiro último e, segundo a autarquia, “encontram-se a decorrer a bom ritmo”.

As previsões apontam para que esteja pronta em setembro a tempo do arranque do novo ano letivo. A creche, que funciona atualmente em instalações da Junta de Freguesia, terá novos espaços, assim como agregará o SAD, que atualmente apoia 18 idosos, passando a ter capacidade para 30 utentes, sendo que a creche passa a ter uma capacidade para 25 crianças.

PRÉMIO BPI SOLIDÁRIO

# Candidaturas à 9ª edição terminam dia 15 de abril

Termina no próximo dia 15 de abril o período de candidaturas à 9ª edição do Prémio Solidário, que se destina a apoiar projetos sociais que promovam o desenvolvimento integral e o processo de inclusão social das pessoas em situação de vulnerabilidade, potenciando as suas capacidades e favorecendo a igualdade de oportunidades.

Com uma dotação de 1,1 milhões de euros, o Prémio BPI Solidário pretende ajudar entidades

do terceiro sector que promovam respostas sociais no domínio das necessidades básicas, dos recursos de habitação de emergência, da empregabilidade e da coesão social.

A iniciativa visa apoiar a inserção laboral e a autonomia, em especial de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, nomeadamente migrantes ou refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo, vítimas de violência, pessoas com

trajetos de conflito com a lei penal, assim como famílias alargadas com crianças.

Nas oito edições já realizadas desde 2016, foram premiados 181 projetos no valor de 6,4 milhões de euros, beneficiando mais de 37.750 pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2023, o Prémio Solidário apoiou 26 projetos sociais, melhorando a vida de mais de 3.200 pessoas.

CASA DO POVO DE VILARANDELO, VALPAÇOS

# A função que desempenhamos cabe ao Estado e este não ajuda o suficiente

O Solidarietà regressou à Casa do Povo de Vilarandelo, concelho de Valpaços, 12 anos depois para saber como tem prosseguido a sua ação e se há muitas diferenças entre 2012 e 2024.

Logo à partida, há uma nova presidente da Direção, Isabel Sequeira, que este ano encetou novo mandato. Já, em termos de valências, a instituição neste período de tempo encerrou três – Pré-escolar, Centro de Acolhimento Temporário e ainda o SAD Integrado – e, tal como noticiámos na altura, ampliou para o dobro o lar de idosos.

Assim, hoje, a Casa do Povo de Vilarandelo cuida de 26 crianças em creche, de 60 idosos em ERPI, de 80 no SAD, de 16 em Centro de Dia, para além de acompanhar mais de 300 famílias no âmbito do RSI. Tem ainda uma cantina social, tudo respostas que dá com uma equipa de 80 funcionários.

Sobre como tem sido a vida da instituição, Isabel Sequeira afirma: “A instituição está para continuar, porque as necessidades são crescentes, sobretudo na área dos idosos. Temos uma população, cada vez mais, envelhecida e necessitada, porque muitos vivem sozinhos e não têm retaguarda familiar, pelo que precisam do nosso apoio. A prova disso é que temos uma lista de espera muito grande e se tivéssemos mais 30 ou 40 camas enchia num dia”

E se há 12 anos a instituição está a promover um investimento na ampliação do lar, de 30 para os atuais 60 utentes, “as dificuldades para fazer uma obra nova torna a ideia impensável neste momento, pois seria incomportável”, refere a presidente da instituição, acrescentando: “O grande problema é que a instituição já tem um nível de endividamento muito alto, decorrente de investimentos anteriores que ainda não foram pagos na totalidade. Quando nos dão um apoio de 65% ou 70% é preciso ter o resto e como não o temos, é necessário recorrer a empréstimos bancários. As últimas obras que fizemos na remodelação do Centro de Dia, que estava mesmo necessitado, só na revisão de preços foi um balúrdio e isso não foi financiado”.

Por isso, Isabel Sequeira sustenta que tem de haver cautela, revelando uma perspetiva de futuro que a instituição gostaria de abraçar.

“Neste momento, a instituição não pode pensar em outros investimentos, senão seria cavar um fosso muito grande, que não conseguiríamos ultrapassar. Depois estamos dependentes que o município de Valpaços faça obras num lar em Sonim, que faz parte da nossa área de intervenção, e que tem apenas capacidade para 12 utentes, o que é insustentável de gerir. A autarquia comprometeu-se em construir uma ala para 30 utentes e, então, já será viável a pôr o lar a funcionar. Estamos dispostos a assumir a gestão, desde que as obras estejam concluídas”, argumenta.

Se a situação financeira não é dramática, também não dá grande descanso aos dirigentes.



“Vamos sobrevivendo com o crédito bancário. As participações dos nossos utentes são baixas, porque a maior parte são pensões de sobrevivência do mundo rural. As mensalidades são pequenas e o valor das participações da Segurança Social não chega sequer para pagar os salários, o que nos causa muitos constrangimentos. Requer uma ginástica financeira exigente. O que nos vai salvando é que utilizamos a linha de crédito sempre no limite... Só em salários e encargos com os mesmos, em 2023, foi quase um milhão de euros”, revela Isabel Sequeira, que recorda os enormes encargos que a instituição suportou no período da pandemia de Covid-19.

“Na fase da pandemia, os custos com pessoal foram enormes, porque houve muitos trabalhadores que ficaram aqui durante muito tempo a dormir na instituição. Isto, para além dos gastos com os equipamentos de proteção individual e não só”, conta, lembrando que foi necessário recrutar mais gente para trabalhar: “Os próprios utentes ficaram mais debilitados e precisámos mesmo de reforçar a equipa de funcionários. Isso acarretou-nos custos que ainda não conseguimos superar”.

De momento, o grande constrangimento, para além do financeiro, que os dirigentes da Casa do Povo enfrentam é algo que começa a atingir todo o país: falta de mão de obra para trabalhar nas IPSS.

“Começamos a ter dificuldade em arranjar funcionários, porque este é um trabalho exigente, em termos físicos e emocionais. Desde a pandemia que sentimos os funcionários um pouco em *burn out*, inclusive algumas pessoas despediram-se, porque o período da pandemia foi realmente muito pesado”, recorda, explicando que “não é um trabalho fácil, há muitos utentes com demência e outros acamados e é preciso ter capacidade física e mental para lidar com estas pessoas da forma correta”.

Depois, os tempos modernos trazem novas realidades a que importa dar atenção e isso, muitas vezes, é um obstáculo à contratação de

pessoal: “Hoje é preciso conciliar a vida familiar com o trabalho e nem sempre é fácil, porque aqui há turnos, ou seja, não há fins-de-semana, nem feriados, porque a instituição nunca fecha. Este equilíbrio nem sempre é fácil de alcançar. Depois, ainda conseguimos manter pessoas em Vilarandelo, porque há empregos, mas cada vez é mais difícil encontrar pessoas para trabalhar na instituição”.

Para Isabel Sequeira, a vida difícil das IPSS podia ser facilitada se o Estado assumisse devidamente as suas responsabilidades.

“A função que desempenhamos cabe ao Estado e este não ajuda o suficiente. São as exigências que temos de cumprir, e cumprimos, porque fazemos mais do que nos é exigido, pois não estamos aqui para cumprir os mínimos e assim fica difícil. Por exemplo, os salários têm subido, mas a participação do Estado não acompanha essa subida”, lamenta.

Ainda assim a dirigente olha o futuro com otimismo, apesar de “algumas dificuldades”.

“Vilarandelo sempre conseguiu superar as dificuldades, porque quem cá vive tem um grande apego à terra. E as gentes farão tudo o que puderem para que a Casa do Povo não morra. Já temos alguns jovens que estão ligados aos órgãos sociais e muitos mais ligados ao futsal, à banda de música e ao rancho folclórico da instituição. Esta é uma forma de manter os jovens por perto e de se relacionarem com a Casa do Povo, criando-lhes um sentimento de pertença para que se envolvam”.

E como seria Vilarandelo sem a Casa do Povo?

“São cenários que não queremos imaginar, mas, se não existisse a Casa do Povo, penso que outra instituição ocuparia esse espaço. Agora, não acredito que fizessem tão bem quanto nós, nem que prestassem um serviço melhor do que aquele que prestamos. Nós fazemos toda a diferença em estar aqui em Vilarandelo, não só na vida dos utentes que servimos, mas também na ajuda para que famílias se fixem aqui”, afirma Isabel Sequeira.



Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

BANCO FARMACÊUTICO

# Cerca de 10 mil embalagens de medicamentos para IPSS

O Banco Farmacêutico (BF) angariou 9.500 embalagens de medicamentos e produtos de saúde para auxiliar 76 instituições de solidariedade social (IPSS), numa recolha que decorreu em 16 de março em 183 farmácias.

“Durante todo o dia 16 de março, os profissionais de saúde das farmácias que aderiram à iniciativa tiveram disponível uma lista de medicamentos, não sujeitos a receita médica, e outros produtos de saúde, elaborada para responder às necessidades de cada instituição que os farão chegar a quem mais precisa”, realçou o BF em comunicado.

A 15.ª Jornada de Recolha de Medicamentos (JRM) “permite que pessoas em condições de vida mais frágeis tenham o acesso a medicamentos e produtos de saúde de uma forma digna e segura”.

O presidente do BF afirmou que o balanço “é mais uma vez positivo”.

“Temos de agradecer a todos aqueles que se deslocaram a uma farmácia para doar medicamentos e deixar desde já o apelo para voltarem a apoiar esta iniciativa em 2025”, salientou Luís Mendonça.

Agradecendo às farmácias aderentes e respetivos

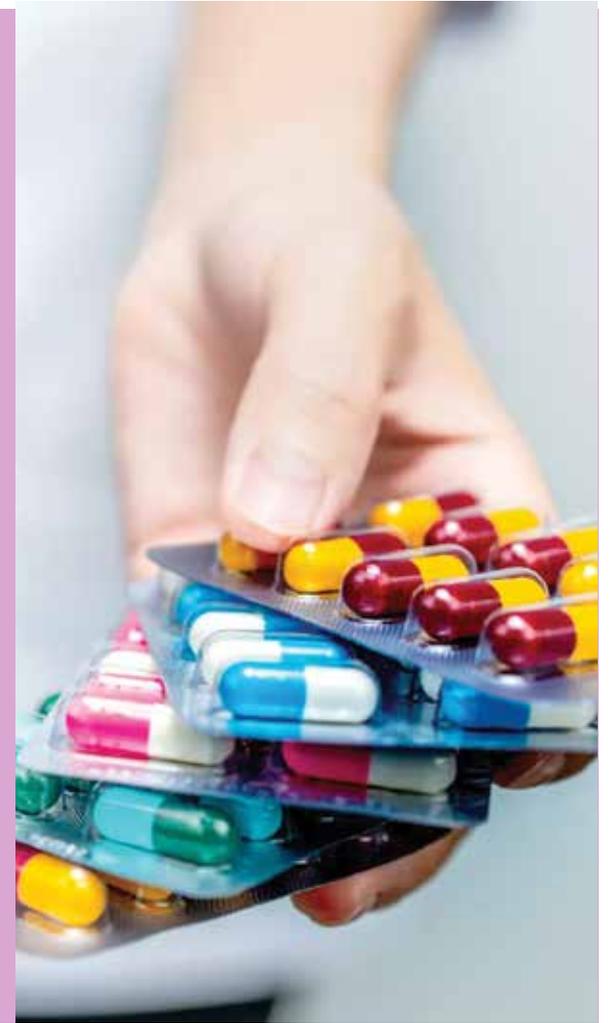
profissionais, o responsável lembrou os voluntários “que dedicaram o seu tempo a esta campanha de solidariedade”.

“Todos tornaram possível este contributo para as necessidades reais das instituições, que prestam apoio à população mais carenciada”, acrescentou.

As IPSS apoiadas são instituições que se dedicam ao acolhimento de crianças e de jovens mães, ao apoio a pessoas sem-abrigo, à recuperação de toxicodependentes e outros dependentes, ao apoio a famílias carenciadas e a lares de idosos e centros de dia para idosos.

De acordo com o BF, são organizações com necessidades permanentes de medicamentos e produtos farmacêuticos. “Acreditamos que com esta iniciativa solidária e generosa multiplicada em farmácias distribuídas por todo o país podemos fazer a diferença em saúde nas pessoas mais frágeis e que estão a ser apoiadas por instituições”, observou.

O BF acrescentou que, desde a primeira JRM, em 2009, já “entregou milhares de medicamentos não sujeitos a receita médica” e outros produtos de saúde a IPSS.



## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995



Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes      + de 40 aplicações

## 28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM [www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)

TELEFONE (+351) 253 408 326  
 Chamada para Rede Fixa Nacional  
 TELEMÓVEL (+351) 939 729 729  
 Chamada para Rede Móvel Nacional  
 EMAIL: [tsr@tsr.pt](mailto:tsr@tsr.pt)



## SEM-ABRIGO

# Pessoas ciganas integradas na Estratégia Nacional

A nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) inclui um sistema de alerta e prevenção para uma intervenção precoce e que ajude a prevenir novos casos, que abrange, pela primeira vez, pessoas ciganas.

O documento, que abrange o período 2025-2030, foi publicado no início de abril em Diário da República e inclui quatro eixos estratégicos, entre a promoção do conhecimento do fenómeno, a definição e implementação de Sistema Integrado de Alerta e Prevenção, o reforço de uma intervenção promotora da inclusão das pessoas em situação de risco e a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA.

No que diz respeito aos eixos estratégicos, a diferença entre o atual e o anterior documento, que vigorou entre 2017 e 2023, está na inclusão do atual eixo n.º 2, que define e implementa o Sistema Integrado de Alerta e Prevenção.

Este sistema tem como objetivo uma intervenção precoce e, entre os cinco objetivos, define a prevenção do fenómeno “através da deteção precoce de situações de risco iminente e de reincidência, garantindo uma resposta imediata e de emergência social”.

Prevê, igualmente, que sejam garantidas

medidas de prevenção e proteção a públicos especialmente vulneráveis e, dentro destes públicos, abrange, pela primeira vez, a população cigana, a par de famílias com crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas com necessidade de cuidados de saúde mental, pessoas com consumos e dependência de álcool e/ou substâncias ilícitas e pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo).

Dentro deste eixo, está também previsto assegurar a qualificação e articulação entre os serviços de identificação de situações de risco e garantir que seja feito um diagnóstico e plano de intervenção personalizado, “com vista à plena inclusão social”.

Inclui igualmente a definição e implementação de “um sistema de alerta integrado e articulado que garanta a transição das medidas de desinstitucionalização e de intervenção em cenários de exceção”.

A quinta medida dentro do eixo n.º 2 prevê promover espaços de diálogo e de partilha “em formas experimentais de intervenção precoce e de inclusão social”.

Por outro lado, o eixo que define o reforço de uma intervenção com vista à inclusão social pretende, entre outros objetivos, “assegurar que

ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas”.

O primeiro plano de ação desta estratégia deverá ser aprovado até setembro de 2025, cabendo à próxima ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a nomeação da gestão executiva da ENIPSSA, responsável pela elaboração do respetivo plano de ação.

Já o relatório final de execução da estratégia deverá estar concluído até 30 de setembro de 2031.

Até à entrada em vigor da ENIPSSA 2025-2030, em 01 de janeiro de 2025, mantém-se em funcionamento a ENIPSSA 2017-2023, que foi prorrogada até dezembro de 2024.

A ENIPSSA 2025-2030 ainda foi aprovada pelo governo de António Costa, com a justificação de que era “urgente e inadiável, impondo-se a necessidade de garantir a sua continuidade num novo ciclo programático, sem interrupções”. Na mais recente contabilização feita sobre o número de pessoas a viver em situação de sem-abrigo em Portugal, foi possível sinalizar 10.773 casos, 5.975 que viviam na condição de sem-teto, ou seja, a viver na rua, num abrigo de emergência ou noutra local precário, enquanto as restantes 4.798 não tinham casa e viviam num alojamento temporário.

## DELINQUÊNCIA JUVENIL

## Tem aumentado número de menores de 12 anos que são suspeitos de integrarem grupos criminosos

As polícias identificaram, nos primeiros 10 meses do ano passado, 64 crianças menores de 12 anos suspeitas de integrarem grupos criminosos, número que tem vindo a aumentar desde 2019, revela o relatório final da comissão que analisou a delinquência juvenil.

Segundo a Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, a GNR identificou até outubro do ano passado 55 crianças com menos de 12 anos suspeitas de estar envolvidas em grupos criminosos, enquanto o número de crianças entre os seis e os 11 anos identificados pela PSP no mesmo período foi de nove.

No total, as duas forças de segurança identificaram 64 crianças menores de seis anos suspeitas em ocorrências de criminalidade grupal até outubro de 2023, enquanto em todo o ano de 2022 foram identificadas 29, em 2021 foram 46, em 2020 foram 28 e em 2019 totalizaram 38.

O documento refere que a PSP e a GNR identificaram no ano passado quase 2.500 jovens até aos 20 anos envolvidos em grupos criminosos.

Criada em junho de 2022 pelo ex-ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, devido ao aumento da criminalidade juvenil e criminalidade grupal, a comissão, que tinha como principal objetivo estudar o fenómeno e apresentar propostas para a sua diminuição, publica agora o terceiro e último relatório.



O documento, publicado na página da internet da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, indica também que em 2023 foram registadas pelas forças de segurança 1.840 ocorrências de delinquência juvenil, o que corresponde a um aumento de 8,2% em relação a 2022. No caso da GNR a delinquência juvenil

registada aumentou 9,6% e na PSP 6,2%.

Esta comissão tinha como principal missão fazer uma caracterização da realidade da delinquência juvenil e da criminalidade violenta, analisando as principais tendências internacionais e fazer recomendações para as reduzir este fenómeno.

**JOSÉ FIGUEIREDO**  
ECONOMISTA



## Em defesa da descida imediata das taxas de juro

As economias de capitalismo avançado encontram-se numa situação peculiar. Está criada, dos dois lados do Atlântico, a expectativa de descida das taxas de juro numa altura em que as taxas de desemprego se encontram em níveis historicamente baixos e as economias não parecem ameaçar uma recessão iminente.

Aparentemente estaremos a um passo de uma desinflação imaculada, ou seja, um processo em que subidas fortes, e em passo de corrida, das taxas de juro de referência terão colocado as taxas de inflação numa rota consistente com os objetivos dos bancos centrais, mas sem causar grande dano na economia e no emprego.

A maioria dos economistas acreditava que seria necessário mais sofrimento para trazer a inflação para valores aceitáveis. A expectativa generalizada na profissão era uma recessão quase certa na Europa e altamente provável nos Estados Unidos. Como sabemos, até ver, não aconteceu nada disso, com a economia americana a crescer a uns não negligenciáveis 2,5% em 2023 e a zona euro a pular uns mais modestos 0,5%.

Na última crónica defendi a ideia de que os economistas não devem ficar deprimidos por mais este falhanço preditivo. Contudo, também defendo que a atitude correta não é assobiar para o lado e ignorar o problema.

Creio que há duas questões importantes a encarar. A primeira é perceber o que, de facto, gerou o surto inflacionista posterior a 2021 (talvez isso nos ajude a perceber porque falharam todas as previsões), a segunda, quicá mais importante, é saber, assumindo que os modelos preditivos são falíveis, como vamos elaborar e colocar no terreno a política monetária no futuro.

Em relação à primeira questão dispomos de um estimulante trabalho de dois dos melhores economistas dos nossos dias, Ben Bernanke (ex-presidente da Reserva Federal Americana, atualmente na Brookings Institution) e Olivier Blanchard (ex-economista chefe do FMI e atualmente no Peterson Institute), no qual procuram decompor o surto inflacionista que se seguiu à meada de 2021.

Basicamente Ben Bernanke e Olivier Blanchard decomuseram o impulso inflacionista em seis contribuições, a saber, (1) as condições iniciais, ou seja, a inflação que teríamos na ausência de qualquer choque, (2) a pressão no mercado de trabalho, (3) deficit (real ou sentido) na oferta, (4) energia, (5) comida e (6) produtividade.

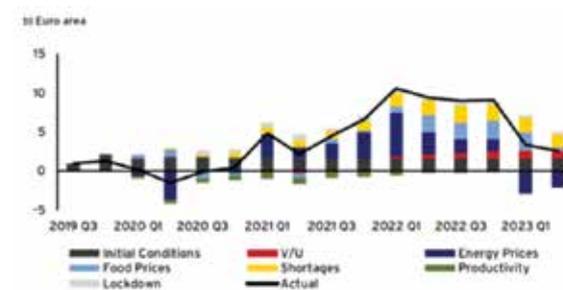
Notar que das seis parcelas, apenas uma, a pressão no mercado de trabalho, que podemos medir comparando o número de postos de trabalho por preencher com o número de pessoas à procura de emprego, pode de alguma forma ser controlada pela política monetária.

O gráfico em baixo descreve o resultado da pesquisa de Ben Bernanke e Olivier Blanchard

no que se refere à zona euro. A linha azul contínua representa a inflação real, as barras coloridas representam as contribuições das seis componentes.

O que se pode constatar é que o contributo da pressão no mercado de trabalho (barra vermelha V/U) foi muito pequeno e que as grandes aportações para o surto inflacionista foram a energia (barra azul escura), a comida (barra azul claro) e a escassez da oferta (barra amarela). As condições iniciais não eram inflacionárias e o impacto da produtividade não foi significativo.

Isto ajuda a explicar porque falharam os modelos preditivos. Aquilo que eles podem captar, sobretudo os efeitos da pressão no mercado de trabalho, tinha um impacto modesto e o que realmente pesava, ou seja, a energia e depois a comida e a escassez da oferta resultavam de choques que ninguém podia antecipar, a saber, guerra da Ucrânia e pandemia.



A segunda questão é saber como organizar a intervenção monetária no futuro sabendo que não há bolas de cristal.

Talvez a lição mais importante deste ciclo inflacionário seja o limitado poder explicativo de um modelo baseado na dinâmica de salários e preços.

Sabemos como o essencial dos índices de preços em economias de capitalismo avançado é representado por serviços e também sabemos como os salários são a maior componente dos custos dos serviços, ou seja, tudo o mais igual, quando os salários aumentam os preços dos serviços também aumentam. É aliás este um dos argumentos que o BCE está a utilizar para retardar a descida dos juros. Todos estão preocupados com a inflação nos serviços que possa estar a ser induzida pelos aumentos salariais.

Não digo que a preocupação com a dinâmica dos salários e o impacto nos preços seja desloçada. Não é, com certeza!

Contudo, como o trabalho de Bernanke e Blanchard mostra, o impacto do mercado de trabalho no surto inflacionista foi muito pequeno e mesmo que o tivéssemos reduzido a zero teríamos inflação insuportável de qualquer modo.

Talvez seja tempo de olharmos para os outros componentes dos custos e, nomeadamente, para os lucros das empresas.

A parte da inflação que não conseguimos

explicar com os choques exógenos da energia e, subsequentemente, da comida, resulta do lado da oferta onde podemos contar com alguma escassez real, sobretudo em resultado da pandemia, mas também com o que os economistas chamam a “greedflation”, palavra para a qual não encontro tradução direta em português, mas que podemos designar por inflação da ganância.

Muito da barra amarela no gráfico em cima representa oportunismo das empresas com poder para marcar preços, que lhes permitiu não só acomodar os aumentos salariais e os aumentos de outros fatores de produção, como ainda aumentar os lucros, tirando partido de uma situação real ou artificialmente criada de escassez na oferta.

O foco excessivo na dinâmica dos salários pode levar a uma comunicação em que os trabalhadores aparecem como os culpados da inflação, ponto de vista que não só é tecnicamente errado como é politicamente insustentável. Será, por isso, positivo que os banqueiros centrais comecem a deitar também o olhar sobre a evolução dos lucros.

Uma outra variável a que os bancos centrais devem dar mais atenção é a produtividade. Aumentos salariais de 3 ou 4% podem não ser problemáticos tendo em vista um alvo de inflação de 2%, desde que a produtividade absorva o excesso crescendo 1% ou 2%.

Como parte do crescimento da produtividade depende da dinâmica da procura pode justificar-se uma maior complacência das autoridades monetárias em relação ao crescimento dos salários.

Fui muito crítico em relação à postura negligente dos bancos centrais quando se manifestou o surto inflacionário na meada de 2021. Não perceberam o que se estava a passar e acordaram tarde e a más horas para a necessidade de agir.

De alguma forma, o medo de errar de novo pode estar a tolher a ação das autoridades monetárias.

É certo que a variação dos salários nominais ainda se mantém com algum vigor e também é verdade que as primeiras leituras da inflação de janeiro e fevereiro podem suscitar alguma cautela.

Ainda assim, tenho dificuldade em ver como, com o que sabemos agora, uma descida de 25 pontos base nas taxas de juro de referência possa descarrilar o processo de desinflação em curso.

É certo que reduzir juros em 25 pontos base é apenas um sinal, mas aqui, como em tudo na vida, os sinais são importantes.

Espero bem que seja essa a decisão já na reunião do BCE neste mês de abril.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚚

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🥫

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**O Homem mais velho (Albin Egger-Lienz 1910/1911)**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

# Comissão defende alterações às reformas antecipadas

A Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social defende um debate alargado sobre o sistema de pensões, com base na versão definitiva do Livro Verde, reiterando que o documento final será entregue ao novo Governo.

Numa nota à imprensa, a comissão lamenta a divulgação na comunicação social da versão provisória do Livro Verde para a Sustentabilidade da Segurança Social, noticiada pelo Expresso, sublinhando que “deve haver um debate alargado na sociedade sobre estes temas, a partir dos contributos que decorreram” dos trabalhos da comissão, “mas na sua versão definitiva e no respeito pelos termos com que a comissão foi criada”.

A comissão de peritos foi constituída em setembro de 2022 pelo anterior Governo e, em 28 de março, entregou uma versão preliminar do Livro Verde para a Sustentabilidade do Sistema Previdencial e respetivas notas técnicas, à então ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e ao secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos.

“Na suposição de que aqueles documentos tenham integrado a pasta de transição para o Governo em funções, esta comissão mantém a sua intenção de entregar a versão final do Livro Verde e das Notas Técnicas à responsável por esta pasta no XXIV Governo Constitucional (Maria do Rosário Palma Ramalho)”, indica a comissão de peritos.

Segundo avançou o jornal Expresso, a comissão considera que as regras de ajustamento automático da idade de reforma à evolução da esperança média de vida devam aplicar-se também às reformas antecipadas, o que já mereceu críticas da UGT. A comissão propõe o fim da pensão antecipada por desemprego de longa duração, possível a partir dos 57 anos de idade após esgotado o subsídio de desemprego.

De facto, a UGT anunciou que espera que o novo Governo não acolha a proposta preliminar da Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social, a qual prevê alterações aos regimes de reforma antecipada.

Em reação à notícia, a UGT afirma esperar que a potencial proposta da comissão “não signifique um acolhimento como proposta do Governo”, manifestando-se ainda surpreendida pela divulgação do documento na comunicação social ao qual os parceiros sociais não tiveram acesso.

A UGT realça que “não perfilha soluções radicais que coloquem em causa a proteção social na velhice e a solidariedade que presidiu à alteração da legislação em matéria de antecipação de reformas, num claro sinal de valorização das longas e muito longas carreiras contributivas”.

A comissão, criada pelo anterior Governo socialista em setembro de 2022, integra os especialistas Ana Fernandes, Amílcar Moreira, Armindo Silva, Manuel Caldeira Cabral, Susana Peralta e Vítor Junqueira.



Lavandarias Profissionais IPSS

**milplus**

GRUPO LABLAD, LDA.  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MALA TLM 917571305  
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial  
**Miele**